



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE ENSINO
CURSO DE PEDAGOGIA

DAMARES VIEIRA DA SILVA

**O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL:
PERCEÇÃO DOS DOCENTES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE
ESCOLARIZAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL DOS ESTUDANTES DAS
CLASSES POPULARES**

CAJAZEIRAS PB
2018

DAMARES VIEIRA DA SILVA

**O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL:
PERCEPÇÃO DOS DOCENTES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE
ESCOLARIZAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL DOS ESTUDANTES DAS
CLASSES POPULARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras PB como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora Profa. Dra. Maria Gerlaine Belchior Amaral

CAJAZEIRAS PB
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

001:	010: 020: 030: 040: 050: 060: 070: 080: 090: 100: 110: 120: 130: 140: 150: 160: 170: 180: 190: 200: 210: 220: 230: 240: 250: 260: 270: 280: 290: 300: 310: 320: 330: 340: 350: 360: 370: 380: 390: 400: 410: 420: 430: 440: 450: 460: 470: 480: 490: 500: 510: 520: 530: 540: 550: 560: 570: 580: 590: 600: 610: 620: 630: 640: 650: 660: 670: 680: 690: 700: 710: 720: 730: 740: 750: 760: 770: 780: 790: 800: 810: 820: 830: 840: 850: 860: 870: 880: 890: 900: 910: 920: 930: 940: 950: 960: 970: 980: 990:
	010: 020: 030: 040: 050: 060: 070: 080: 090: 100: 110: 120: 130: 140: 150: 160: 170: 180: 190: 200: 210: 220: 230: 240: 250: 260: 270: 280: 290: 300: 310: 320: 330: 340: 350: 360: 370: 380: 390: 400: 410: 420: 430: 440: 450: 460: 470: 480: 490: 500: 510: 520: 530: 540: 550: 560: 570: 580: 590: 600: 610: 620: 630: 640: 650: 660: 670: 680: 690: 700: 710: 720: 730: 740: 750: 760: 770: 780: 790: 800: 810: 820: 830: 840: 850: 860: 870: 880: 890: 900: 910: 920: 930: 940: 950: 960: 970: 980: 990:

DAMARIS VIEIRA DA SILVA.

**O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL:
PERCEPÇÃO DOS DOCENTES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE
ESCOLARIZAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL DOS ESCOLARIZADOS DAS
CLASSES POPULARES**

Aprovada em 25/07 /2018

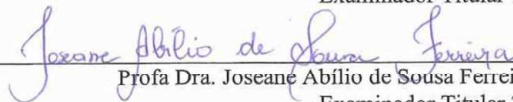
Banca Examinadora



Profa Dra. Maria Gerlaine Belchior (UAE/CFP/UFCG)
Orientadora



Profa Dra. Kássia Mota de Sousa (UAE/CFP/UFCG)
Examinador Titular 1



Profa Dra. Joseane Abilio de Sousa Ferreira (UAE/CFP/UFCG)
Examinador Titular 2

Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva (UAE/CFP/UFCG) Examinador Suplente

CAJAZEIRAS PB

2018

Ao meu Deus, criador dos céus e da terra, por sua infinita misericórdia, de me conceder as capacidades humanas dadas a todo ser vivente, que me oportunizou a escrita deste trabalho.

Aos meus pais por ser incumbidos de cuidar de mim e ter feito isso com muito amor, por isso estou aqui.

Ao meu querido namorado por ter sido um incentivador.

A professora Dra. Maria Gerlaine, pela dedicação na orientação deste trabalho. As minhas três amigas de curso que tiveram um papel fundamental nessa caminhada. **DEDICO.**

AGRADECIMENTOS

Ao meu senhor Deus toda gratidão e reconhecimento pelo seu amor e fidelidade, tudo que tenho tudo que eu sou provem de ti. Grata por ter me acompanhado até aqui, que a tua presença seja permanente todos os dias de minha vida.

Essa monografia em sua plenitude representa a consolidação de um sonho alcançado, que traduz em sua essência, em cada linha escrita contribuições diretas ou indiretas de cada pessoa que contribuiu para a minha formação ao longo dessa jornada. Sou grata a cada uma delas seja pelo apoio, pelo incentivo, aqueles que compartilharam o saber e suas experiências. Tenho convicção que foram contribuições relevantes, que sem elas a permanência e a chegada até o fim não seria possível, foram estes.

À minha família que se fez a primeira instituição educadora, a base de tudo que sou e que me sustenta. Meus pais Daniel Vieira e Maria Irene, minha irmã Daiane Vieira e meu sobrinho Yan Clark compõem esse alicerce.

Ao meu amigo e namorado Eliseu Alves, por seu apoio e incentivo, contribuindo sempre para minha permanência nesta universidade.

À professora Dra. Maria Gerlaine Belchior, por ter se disponibilizado a orientação deste trabalho, contribuindo desde o primeiro momento, de forma dedicada.

A todos os professores o/a do Centro de Formação de Professores que foram presentes nessa trajetória formativa. Todos tiveram um papel significativo em minha formação. Suas contribuições fizeram com que eu pudesse chegar à escrita deste trabalho.

Aos meus amigos de curso, que foram para mim fonte de energia e alegria em prosseguir todos os dias, em especial as amigas, Jaqueline, Leandra e Maria Daniele presentes que essa universidade me trouxe, as mesmas fizeram com que essa trajetória tornasse mais leve e cheia de trocas de aprendizagem que levarei para sempre comigo.

Aos que contribuíram com a realização da pesquisa que se disponibilizaram em fornecer as informações necessárias, que partilharam o seu conhecimento, que fez desse trabalho uma fonte de aprendizagem a partir daqueles que vivenciam a profissão docente.

A todos vocês a minha eterna gratidão e apreço por terem partilhado dessa caminhada, sem vocês o resultado não seria o que é.

A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.

PAULO FREIRE

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo analisar a relação entre escolarização e ascensão social. Tendo por objetivo geral investigar a percepção dos docentes acerca da intrínseca relação entre a escola e a ascensão social dos estudantes das classes populares. Os objetivos específicos foram: Investigar as contradições sociais que atingem os alunos das classes populares; conhecer a percepção dos docentes da educação básica acerca da relação entre o processo de escolarização e a ascensão social dos estudantes das classes populares; conhecer a percepção dos docentes da educação superior acerca da relação entre o processo de escolarização e a ascensão social dos estudantes das classes populares. Como procedimentos metodológicos a pesquisa se constituiu de duas etapas, a saber: levantamento bibliográfico com aporte teórico em FREIRE (2017), SAVIANI (2009), MÉSZÁROS (2008), LIBÂNEO (1995), FRIGOTTO (1999), e pesquisa de campo. O lócus da pesquisa ocorreu em duas instituições, uma escola estadual localizada em Sousa PB e uma instituição de ensino superior situada na cidade de Cajazeiras PB. Os sujeitos da pesquisa foram duas professoras da escola básica e duas professoras do ensino superior. Teve como instrumento de coleta de dados uma entrevista estruturada e uma semiestruturada. Foi procedida análise de conteúdo e a abordagem teve caráter qualitativo. No que concerne aos achados da pesquisa foi possível constatar que apesar das suas percepções, uma mais crítica e outra menos crítica todas as professoras tanto do ensino superior quanto da educação básica consideram a escolarização como um meio para a ascensão social dos sujeitos das classes populares.

Palavras-chave: Escolarização. Ascensão social. Classes Populares.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the relationship between schooling and social ascension. Its main objective is to investigate teachers' perceptions about the intrinsic relation between school and the social ascension of the students of the popular classes. The specific objectives were: To investigate the social contradictions that affect the students of the popular classes; to know the perception of teachers of basic education about the relationship between the process of schooling and the social rise of students of the popular classes; to know the perception of higher education teachers about the relationship between the schooling process and the social ascension of the students of the popular classes. As methodological procedures, the research consisted of two stages, namely: bibliographic survey with theoretical contribution in FREIRE (2017), SAVIANI (2009), MÉSZÁROS (2008), LIBÂNEO (1995), FRIGOTTO (1999), and field research. The locus of the research occurred in two institutions, a state school located in Sousa PB and a higher education institution located in the city of Cajazeiras PB. The subjects of the research were two teachers of the basic school and two teachers of higher education. It had as instrument of data collection a structured interview and a semi-structured interview. Content analysis was carried out and the approach was qualitative. Regarding the findings of the research, it was possible to verify that in spite of their perceptions, a more critical and a less critical all the teachers of both higher education and basic education consider schooling as a means for the social ascension of the subjects of the popular classes.

Keywords: Schooling. Social Ascension. Popular Classes.

LISTA DE SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
NAP	Núcleo de Apoio Pedagógico
UFC	Universidade Federal do Ceará
UAE	Unidade Acadêmica de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CAPITALISMO, CONTRADIÇÕES SOCIAIS E EDUCAÇÃO	15
2.1 Breve relato sobre a educação no Brasil	24
2.2 Educação e ascensão social.....	26
3 PERCURSO METODOLÓGICO	39
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO	44
4.1 A percepção dos docentes da Educação Básica acerca da educação enquanto fator de ascensão social	44
4.2 A percepção dos docentes da Educação Superior.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	61

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é a escolarização e sua relação com a ascensão social. Numa sociedade dividida em classes econômicas, em uma conjuntura do sistema capitalista que tem como forma de sustentação econômica a compra da mão de obra, que busca ser compreendido apenas como um meio para a sobrevivência humana que não possui sem nenhum interesse por a exploração dos trabalhadores e para o enriquecimento do seu capital. Nesse contexto a educação também assume funções contraditórias. Este trabalho teve como objetivo geral investigar a percepção dos docentes acerca da intrínseca relação entre a escolarização e a ascensão social dos estudantes das classes populares. Os objetivos específicos são: investigar as contradições sociais que atinge os alunos das classes populares; identificar a relação entre a escolarização e a ascensão social; conhecer a percepção dos docentes da escola básica, acerca da relação entre o processo de escolarização e a ascensão social dos estudantes das classes populares; Conhecer a percepção dos docentes da educação superior acerca da relação entre o processo de escolarização e a ascensão social dos estudantes das classes populares.

Com respeito à escolha desse tema, este surgiu como temática instigante para uma pesquisa a partir das discussões realizadas em algumas disciplinas oferecidas no curso de Pedagogia, tais como: Sociologia da Educação e, também, História da Educação que abordavam temáticas reflexivas que nos instigava a pensar os diversos fatos que envolvem a sociedade e a educação e, de alguma forma entender a intrínseca relação que existe entre ambas. Essa pesquisa também se consolidou como objeto para a investigação considerando minha própria história de vida porque sou aluna pertencente à classe popular, filha de pais analfabetos, mas que encontro na educação um dos meios para minha emancipação. Diante do exposto, senti-me instigada a pensar como as contradições sociais podem ser ou não superadas por meio da educação e, como podem interferir na ascensão daqueles que não possuem um acesso a cultura da classe dominante.

A sua importância é abrangente e significativa. Compreender como a educação pode contribuir com a ascensão social do sujeito das classes populares contribuirá com a educação em particular, a educação no Nordeste considerando que os indicadores educacionais no Norte e no Nordeste são inferiores as demais regiões do País. Com a análise dessa temática estaremos avançando na compreensão e reflexão sobre o papel da escola e colaborando com os docentes para pensarem o sentido das suas práticas, que fará a diferença na educação.

O estudo desse tema possibilita compreender melhor a educação, seus caminhos,

seus entraves, seus objetivos explícitos e implícitos, como esta se constitui agente de transformação social na busca pela emancipação humana, na busca pela igualdade entre homens e mulheres.

Para a realização da pesquisa e sua sistematização, bem como, aprofundamento do tema foi instituído um percurso metodológico que terá como finalidade a busca das respostas ao questionamento norteado dessa pesquisa. Foi realizada em duas etapas, a saber: um levantamento bibliográfico por recorrer a fontes teóricas que abordam a temática; a segunda etapa constou de uma pesquisa de campo com caráter exploratório. Tendo como *locus*, uma escola da rede pública de ensino e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Os sujeitos da pesquisa foram: duas professoras da educação básica e duas professoras do ensino superior da referida universidade. O instrumento de coleta de dados foi à entrevista. Foi procedida análise de conteúdo e a abordagem teve caráter qualitativo.

A pesquisa tem o intuito de contribuir com a educação em primeira instância, na colaboração com as reflexões acerca da relação entre a escolarização e a ascensão social dos sujeitos. Muitos aspectos que devem ser levados em consideração para a reflexão desse tema, os quais nem sempre são reconhecidos por muitos. Por vivermos em uma sociedade dividida em classes sociais e não termos a real clareza do que esses fatores podem interferir na emancipação dessa classe que vive a submissão das classes dominantes¹, faz-se necessário, portanto, conhecer fatores que dificultam esse processo.

Pensar na educação como meio para ascensão social deve ir para além de uma transformação e mudança de classe, mas sim ser capaz de promover uma consciência crítica que possibilite o sujeito refletir acerca dos aspectos contraditórios que essa sociedade lhe impõe como indiscutível e legítimo que aparentemente não é injusto. Principalmente, para os docentes que são um dos principais autores desse processo. Para que a educação ocorra de forma satisfatória libertadora é necessário o professor o/a ser o primeiro a estar ciente da realidade e do seu poder transformador, que não se limita apenas a reprodução de uma cultura, de um pensamento arraigado de limitações que não levarão o aluno a sair da sua situação de pobreza, intelectual, política e financeira. Por que a partir do papel estabelecido pela educação de forma desalienante, e condizente com a realidade dos sujeitos, estes irão enxergar possibilidades e vão conseguir ir além dos limites ocultos que são existentes na sua trajetória.

Para sistematizar o pensamento e a reflexão dessa temática, o trabalho foi dividido

¹ Os poucos proprietários dos meios de produção se constituem na classe empresarial (burguesia) enquanto uma imensa maioria de pessoas não- proprietárias se constitui na classe trabalhadora (proletariado), que, para sobreviver, troca sua capacidade de trabalho por salário. (MEKSENAS, 2007, p, 29).

em seções que buscam dar conta da compreensão de forma organizada das discussões que esse tema requer. As seções estarão assim distribuídas:

Primeira seção na qual constam os aspectos introdutório do trabalho.

A segunda seção trata das revisões bibliográficas sobre o tema, por meio dos autores que abordam essa temática, dividimos assim para facilitar a compressão em subtemas, sendo o primeiro denominado de capitalismo, contradições sociais e educação; o segundo que irá refletir um pouco sobre a história da educação no Brasil como forma de compreender o presente e a terceira intitulada escolarização e ascensão social que irá refletir sobre o papel da escola enquanto agente de transformação social nos seus variados aspectos.

A terceira seção será a exposição do percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa, quais foram os procedimentos realizados para o alcance dos objetivos propostos. A quarta seção será a parte destinada a análise dos dados coletados na pesquisa, os quais serão analisados e refletidos confrontando com as teorias. Por último será realizado as considerações finais sobre o trabalho.

2 CAPITALISMO, CONTRADIÇÕES SOCIAIS E EDUCAÇÃO

A maneira como a educação se apresenta estabelecida atualmente, faz parte de um contexto social historicamente construído. Pensar em uma educação como meio para a ascensão social é instigante, mas não é tão simples, alguns aspectos devem ser refletidos e considerados principalmente, quando se fala em educação. É inegável não admitir a expansão da educação, a maneira como a sua função foi se tornando reconhecida por todos, a confiança que lhe é depositada, entendida por muitos como algo indiscutível. Essa concepção atribuída à educação é recorrente em função dos benefícios atribuídos a ela, como meio para a superação das desigualdades sociais ou de forma menos abrangente um meio para mudança da realidade social em que o sujeito encontra-se inserido.

A educação é também considerada instrumento de desenvolvimento econômico, de diminuição das diferenças sociais dentro de cada sociedade e de estreitamento das distâncias entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. (ROSSI, 1980, p. 17).

Entretanto, devemos ter um olhar crítico diante da realidade, isso porque vivenciamos uma sociedade desigual, em que a escola é considerada um dos meios para a superação e transformação social, mas seus desdobramentos também são contraditórios. No âmbito legal é acessível a todos inclusive às classes populares. Como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu Art. 5º.

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo. (BRASIL, 1996)

Entretanto, no dia a dia é possível constatar empiricamente que o acesso ao saber formal para muitos ainda é um direito que está apenas no papel, longe de se transformar em realidade. É importante aqui refletirmos o contexto histórico para uma melhor compreensão de como se configurou essas contradições na educação. Um aspecto que podemos considerar um dos entraves para dinâmica de uma educação para a ascensão social do sujeito, foi o surgimento de classes. Tomamos por base teórica os escritos de Ponce (2003), para podermos identificar onde esse processo teve seu início.

A humanidade primitiva tinha como forma de aquisição do conhecimento a transmissão de experiências de povos mais antigos para geração mais jovens. Como assinala Ponce (2003) o ensino era para a vida e por meio da vida. Não existia uma sistematização legal dos conhecimentos. A sua aquisição era adquirida de forma espontânea e natural, ao tempo que se vivia ia se adquirindo aprendizagens, com o decorrer da vivência cotidiana. Mas que não deixava de ser uma aprendizagem necessária, para que os costumes fossem colocados em prática pelas gerações posteriores.

O meio para garantir a sobrevivência desses povos, era responsabilidade da natureza, todas as formas de extração eram adquiridas de forma natural, pelos frutos que a terra disponibiliza. A maneira rudimentar que se vivia não possibilitava uma extração acumulativa de matérias primas, o que se adquire era apenas o necessário para a sua manutenção e sobrevivência. O que se tinha era o bastante para todos sobreviverem, um dia após o outro.

Essa forma de sobrevivência a qual tinha a própria natureza como mantenedora das necessidades humanas, passa a se modificar. A natureza passa a não ser o bastante para mantê-lo e o homem começa a buscar outras formas de aperfeiçoamento das técnicas rudimentares para o melhoramento do seu trabalho com vistas em sua sobrevivência.

Nesta ótica, Ponce (2003, p. 22) ressalta:

A distribuição dos produtos, a administração da justiça, a direção das guerras, a supervisão do sistema de irrigação, etc. Foram exigindo, pouco a pouco, certas formas de trabalho social ligeiramente técnicas da época, o trabalho material era de tal modo cansativo que o indivíduo que se dedicava ao cultivo da terra, por exemplo, não podia desempenhar ao mesmo tempo outras funções que a vida tribal exigia.

Nesse registro podemos identificar a raiz das transformações sociais e podemos constatar que não se trata de transformações recentes, elas são consequências de um passado bem distante que se arrasta até a atualidade, tornando-se um motivo causal do que vivemos. O que vivenciamos é um desdobramento de um passado antigo que foi se constituindo naturalmente, mas que ao longo da história foi se tornando premeditado e pensado.

Foi a partir desses fatos que a raiz da divisão de classe social foi surgindo. Quando falamos desse termo não estamos falando de algo recente, mas de um fenômeno histórico. Nesse mesmo período foram se constituindo aqueles que eram apenas responsáveis por supervisionar o trabalho.

Essas tarefas que a princípio eram naturais configuraram-se, pois como começo para a dominação. Ponce (2003, p.23) afirma que:

[...] as classes sociais, que, posteriormente, chegaram a ser ‘privilegiadas, desempenhavam no início, funções úteis. A sua relativa supremacia inicial foi, a princípio, aceita voluntariamente e, de certo modo, espontâneo. Qualquer desigualdade de inteligência, de habilidade ou de caráter poderia servir de base para uma diferença que, com o tempo, poderia engendrar um submetimento.

É controverso dizer que somos sujeitos socialmente iguais, que vivemos em uma sociedade igualitária em que todos possuem os mesmos direitos e oportunidades se ao nascermos fazemos parte de um lugar, que é dividido em classes. Não nos deram a oportunidade de escolha, muito menos planejamos e decidimos pertencer a tal classe, este não foi um processo que participamos, foi construído socialmente cabendo a nós apenas integrarmo-nos. No espaço social onde nos encontramos somos impelidos a vencer barreiras, vencer obstáculos, correr atrás do que não somos possuidores e lutar se quisermos chegar a determinado tipo de espaços sociais que são restritos a alguns que por “sorte” nascem ocupando espaços privilegiados sem precisar se esforçar e lutar por eles. Levando em consideração essa reflexão, vivemos realmente em uma sociedade igualitária? Ou nos fazem pensar que sim? Quais as interferências que esse modelo social tem na educação do sujeito das classes populares dessa sociedade?

O modelo econômico que predomina atualmente é denominado de sociedade capitalista, sua raiz é em decorrência dos vários processos de transformações sociais, que desde o seu princípio teve como origem a divisão de classes. Esse sistema surge de forma nítida após o período feudal, em que o trabalho era baseado por meio da exploração da terra. A terra que antes era de todos passa a ser restrita a alguns. Meksenas (2007, p.28) nos fornece a seguinte explicação:

Por ser a terra fonte de riquezas e que os seus poucos proprietários se tornavam poderosos: a camada dominante dos senhores feudais, que compreendia a nobreza e o alto clero. Por outro, lado, existia um grande número de pessoas forçadas a trabalhar nas terras da nobreza feudal para sobreviver, pagando pelo uso dessa terra vários tributos: a camada dos servos que compreendia uma imensa população de trabalhadores pobres.

Existia uma hierarquia entre os senhores feudais proprietários das terras e os trabalhadores. Os donos das terras exploravam o trabalho dos que não tinham a sua própria terra, estes por não possuírem a terra via-se impulsionados pela necessidade a submeterem-se aos senhores para garantir a sobrevivência. É necessário compreendermos esse passado que implica

nessa realidade que vivemos. Essa problemática foi uma das primeiras injustiças advindas sobre o homem, à desigualdade de posse de um bem que deveria pertencer a todos. A posse indevida, sem igualdade foi apenas um ponto de partida para a catástrofe da desigualdade da sociedade.

Passado esse período, inicia-se uma nova forma de organização do trabalho o surgimento das indústrias, mais conhecido como capitalismo. “Agora a sociedade possui como fonte de riqueza não mais a terra, mas sim a propriedade de fábricas, máquinas, bancos, isto é, a propriedade dos meios de produção” (MEKSENAS, 2007, p, 29).

O capitalismo teve seu início no século XIV, na Europa. A expansão que tiveram alguns processos durou três séculos, vindo assim a ser instaurado em vários países que adotam esse modelo de sistema produtivo até os dias atuais. (MEKSENAS, 2007). Esse modelo foi instaurado em um passado bem distante, mas continua sendo o modelo vigente de maneira bem acentuada.

Nesse período o poder que até então era de ordens religiosas passa por um processo de transformação, vindo a cair a sua hegemonia enquanto poder soberano. Meksenas (2007, p. 30) afirma:

Nessa nova sociedade, a cultura capitalista põe a ciência em destaque, mostrando que a vida moderna só pode ser entendida pela ótica dos métodos científicos e, com isso, a educação deixa de refletir apenas os valores religiosos como no tempo da sociedade feudal para ter a ciência como base.

Nota-se que nesse período ocorre uma queda dos poderes que até então eram vigentes, tidos como ordem que governava os preceitos da sociedade, que se baseava na religião. Esse governo era denominado de absolutista em que o seu poder era inquestionável. Vindo agora nesse novo período se instituir o liberalismo assim como ficou conhecido, que tinha como filosofia a liberdade do homem. Esse governo se configurava da seguinte forma:

[...] nasce o Estado moderno, isto é, nascem as formas de governo eleitas pelo voto e regidas por uma constituição. Nasce o parlamento, e o poder do Estado se divide em executivo, judiciário e legislativo. Todas essas novas dimensões da política burguesa devem dar a aparência de que o Estado, acima dos interesses de classe, vem organizar democraticamente a sociedade. Nasce assim a democracia burguesa. (MEKSENAS, 2007 p. 29).

Diante do exposto podemos fazer a seguinte indagação se trata realmente de uma liberdade? Em que todos possuem as mesmas possibilidades, se o que temos é uma realidade dividida entre os que tem a posse do capital e os que apenas possuem a força de trabalho, vindo

assim ser sua única opção a troca deste trabalho por um valor impróprio de remuneração para a sua subsistência. Nessa perspectiva, Frigotto (1999, p.66) destaca que:

Na melhor das hipóteses, a liberdade que o trabalhador tem é escolher o capitalista para quem trabalhará, mas a liberdade de não trabalhar para capitalista algum é simplesmente a liberdade de passar fome e sofrer degradação social.

Sendo assim, esse sistema aprisiona o trabalhador a servir com a sua mão de obra a um sistema que prega uma liberdade “falsa” em que ele é um ser independente. Podemos perceber que a essência do governo liberal se realmente fosse realizado da forma que a filosofia prega seria um bem para todos, por ser uma filosofia que tem como lema estabelecer a ordem entre os povos, em que exista uma organização, e que essa escolha seja realizada de forma democrática. Mas o que podemos observar na realidade é uma distorção dessa filosofia. Usa-se o poder para a busca de interesses próprios.

Podemos compreender que as transformações ocorrem para suprir as necessidades que as novas demandas do sistema capitalista começam a exigir, novas estruturas. Uma dessas medidas é a instauração da escola, como meio para suprir a necessidade de aperfeiçoamento da mão de obra dos trabalhadores, no intuito de ocupar as novas formas de trabalhos. Meksenas (2007, p. 30) destaca que:

Será nesse contexto ideológico da nascente sociedade industrial que nasce uma instituição responsável por essa educação: a escola. Percebemos que uma das características da revolução ideológica capitalista foi transportar uma educação que durante o feudalismo ocorria na família e na igreja para a instituição escolar.

O novo meio de produção necessitava de uma qualificação para execução e operacionalização das máquinas. Segundo Saviani (2013, p.11) “[...] a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”. Na opinião do autor a educação é um suporte na execução do trabalho, por o homem em sua natureza ter a necessidade de pensar anteriormente a execução das suas tarefas que são realizadas por ser algo intrínseco a ele, pela necessidade de sobrevivência. Sendo assim, a educação formal para a classe pobre em primeira instância surge no intuito de instrumentalizar os operários para a execução do trabalho, de forma mínima. O que antes o homem realizava por aprendizagens adquiridas por um

processo natural da vida humana, agora passa a ser institucionalizado e o fruto do trabalho realizado pelos trabalhadores não será propriedade sua, como uma obra realizada por estes, mas sim dos donos das fábricas.

Sendo assim a partir de então a classe trabalhadora passa a ter acesso à educação com o objetivo de se qualificar para a atuação profissional, para atender as demandas do capitalismo, até então, a educação era restrita apenas para as classes pertencentes à elite. Segundo Saviani (2009) é quando a burguesia acenava com a escola para todos (por isso que era instrumento de hegemonia), ela estava num período capaz de expressar os seus interesses abarcando também os interesses das demais classes. O interesse não era que a educação fosse um benefício para todos, mas sim um meio de beneficiar a burguesia na construção dos seus interesses próprios. Nessa perspectiva, Mézáros (2008, p. 35) afirma que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu no- seu todo- ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja de forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação cultural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta.

O que queremos averiguar não é a eliminação do papel da escola enquanto agente de transformação social, mas sim apresentar o contexto em que a escola se estruturou e os parâmetros os quais a sociedade se organiza que dificulta a ascensão social daqueles que são provenientes das classes populares. A partir de um olhar leigo que muitas pessoas possuem é impossível identificar as contradições existentes na educação, que são fatores que dificultam a possibilidade de buscar a transformação da realidade social do sujeito. Não é porque a educação é considerada uma ferramenta fundamental na sociedade, que ela não necessite ser refletida de forma crítica. Exatamente pela falta de reflexão acerca do papel da educação é que existem alguns problemas educacionais que se perpetuam. É preciso entender as suas contradições para que se possa almejar e lutar pelo que é um direito. O conformismo e a falta de conhecimento de muitos é que faz esse poder se perpetuar. “É preciso romper com lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p.27).

Podemos perceber que a estrutura que a sociedade está organizada possui desvantagens em relação aos que não tem os “privilégios”. Essas desvantagens de início acontecem por apenas alguns serem possuidores de propriedades privadas, adquiridas ao longo dos processos de transformações sociais, tornando-se donos das fontes de produção, essa desigualdade se perpetua até hoje. Algumas pessoas podem enxergar essa estrutura de forma natural, mas podemos ver através dos estudos nitidamente como uma injustiça histórica.

Um dos autores que buscou compreender essa problemática de forma crítica foi Karl Marx. Além dele existiram outros autores que estudaram a estrutura social capitalista de forma acrítica, definindo essa conjuntura como apenas uma estrutura funcionalista, como o autor Émile Durkheim. “[...] para ele, todas as instituições existem para realizar atividade útil. Em outras palavras, é na especificidade das funções que as instituições se completam, compondo o corpo social.” (MEKSENAS, 2007, p. 36). O autor defende a sociedade capitalista e a sua relação com a educação de uma maneira conservadora. “São conservadoras por partir do princípio de que o mundo atual não deve ser alterado. Para elas, a tarefa da educação não é transformação da sociedade capitalista, mas sua reprodução através da adaptação dos indivíduos à vida social.” (MEKSENAS, 2007, p. 51). Ou seja, a escola não deve buscar uma luta de classes, deve apenas ser uma agente de perpetuação desse sistema de maneira passiva, como sendo algo naturalizado. Marx ao contrário dele em suas reflexões sempre buscou estudar essa conjuntura capitalista, observando os seus impactos na sociedade.

Apesar dos estudos de Marx ter por base a sociedade no século XIX, a sua obra permanece atual, presente nos vários estudos e discussões da sociedade vigente que se configura, nos mesmos padrões da sociedade estudada pelo autor há dois séculos. “Para Marx, a sociedade capitalista se fundamenta em uma organização do trabalho que dá origem a classes sociais e em que os proprietários dos meios de produção exploram os não-proprietários.” (MEKSENAS, 2007, p. 65).

Podemos assim compreender que a característica marcante desse sistema é a dominação, por ter em suas mãos o poder das propriedades privadas que mantêm o capital. E para que essa manutenção ocorra é realizada a exploração da mão de obra daqueles que não possuem os meios de produção, ocorrendo assim uma divisão de papéis, o patrão e o subordinado. O patrão possui o comando e atribuição das tarefas, o subordinado é o sujeito produtor das riquezas do proprietário, em que é encarregado apenas do cumprimento das tarefas. Frigotto (1999, p.77) mostra que:

Configura-se, então, historicamente, um modo de produção onde as relações sociais de produção da existência sociais são marcadas por uma cisão fundamental: proprietários dos meios e instrumentos de produção e assalariados, não-proprietários, que dispõem, para a troca, unicamente de sua força de trabalho, criadora do valor, agora transfigurada numa mercadoria, para o capitalista, igual a qualquer outra.

Como já vimos à escola surge para todos a partir dessa mudança social, mas surge com o principal propósito de qualificar a mão de obra e transmitir a ideologia das classes dominantes, “Marx admite a escola em nossa sociedade como instituição sob controle da classe empresarial para transmitir a ideologia e treinar os trabalhadores para a atividade produtiva em que serão explorados” (MEKSENAS, 2007, p. 68).

Podemos assim compreender que a educação para as classes populares surge apenas nesse período em que ocorre essa transformação na forma de produção, na instauração das indústrias, até então a educação sempre foi negada a essa classe. Desse modo podemos interrogar: essa educação é igualitária a todos? Para Meksenas (2007, p. 68):

[...] toda educação é de classe, pois a educação que a classe empresarial recebe é diferente daquela da classe trabalhadora. Enquanto os membros da primeira são educados para dirigir a sociedade de acordo com os seus interesses, os membros da segunda são disciplinados e adestrados para o trabalho, para aceitarem a sociedade capitalista como ela se apresenta, sendo submissos.

A escola como ferramenta para a sociedade capitalista será antagônica à realidade dos estudantes vindos de uma realidade de pobreza, por essa escola ser organizada com um currículo inerente a cultura da classe dominante. Assim, aqueles que são pertencentes à elite vão dispor de uma vantagem em relação à aprendizagem e a sua permanência na escola. Meksenas (2007, p. 72) adverte que:

[...] o processo de escolarização é diferente para uma das classes sociais, embora a ideologia tente mostrar que é o mesmo. A classe empresarial recebe uma escolarização que lhe permite obter os conhecimentos necessários para o seu exercício de classe dirigente. A classe trabalhadora passa por uma rede de escolarização que lhe possibilita apenas exercer um trabalho disciplinado dentro de sua condição de classe dirigida.

Nessa perspectiva, a escola a serviço do capital vai contribuir na manutenção do *status quo*, essa influência ocorre de forma disfarçada ao olhar da população e utiliza-se do currículo como instrumento ideológico para tal manutenção. Segundo Amaral (2016, p.108) “[...]”

os capitalistas utilizam-se (também, além da repressão e da exploração) da inculcação ideológica como meio de promover uma conformação e aceitação da realidade vigente”.

O sistema busca uma forma de alienação dos sujeitos, a fim de que sirvam na construção e manutenção dos seus objetivos de enriquecimento, para isso investe nos meios de aculturação social em busca de um capital humano subserviente, incapaz de questionar a realidade, formando sujeitos que aceitam que a posição ocupada socialmente é consequência apenas do seu desempenho, fazendo entender que “a ascensão social é obra de cada indivíduo isolado e depende fundamentalmente do esforço dele” (MEKSENAS, 2007, p. 52).

Esse sistema utiliza-se do discurso da meritocracia como forma de alcançar uma elevação social independente da sua condição social ou classe, fazendo as pessoas acreditarem que o determinante do seu desempenho são as suas capacidades de inteligência, esforço e comprometimento, caso contrário, se o sujeito não consegue crescer socialmente a responsabilidade por esse fracasso é inteiramente atribuída a ele e sua falta de competência. Tirando assim toda a responsabilidade do governo e do sistema que foi pensado para perpetuar a desigualdade. Porque quem serão os explorados? A permanência dessa conjuntura é uma tarefa permanente dos donos do poder.

Esse tipo de discurso afasta inteiramente a responsabilidade que deve ser atribuída à conjuntura social na qual vivemos, que exclui, que dificulta a permanência do educando nesses espaços de produção do conhecimento.

O sistema capitalista possui uma relação com o Estado a qual pode ser chamada de cumplicidade, em que um trabalha a favor do outro. Segundo Rossi (1980) as leis estabelecidas pelo Estado são beneficiárias ao capitalismo. Dessa forma, estamos sufocados por uma hierarquia que prega o bem-estar da população.

Um dos meios utilizados pelo Estado para propagação da sua preocupação com o bem-estar populacional, são as políticas públicas adotadas em prol das pessoas vitimizadas que sofrem as consequências das desigualdades sociais, desfavorecimentos esses, que são ocasionados pelos próprios impactos que os ideais do capital acarretam aos que não são integrantes dos grupos sociais favorecidos e manutenção da hierarquia dominante, podendo caracterizá-los como administradores de comandos ocultos. Amaral (2006, p.111) esclarece que as

políticas adotadas pelo Estado são paliativos para minimizar a situação de miséria e desigualdade social, mas desempenham o importante papel de conter a revolta social e não mexer nas estruturas do mercado livre e concorrencial; ou seja, o Estado encarrega-se de criar mecanismos para evitar que o nível de miséria produzido no capitalismo se transforme em

revolta coletiva e tome proporções incontroláveis capazes de abalar a relativa estabilidade político-econômica do sistema.

Podemos compreender as políticas públicas como maneira de conformação da situação do sujeito, para que estes não tenham atitudes revolucionárias contra o Estado. Deixando o sujeito pensar que essas atitudes são pensadas para a melhoria da condição de vida das pessoas, porque se trata de um sistema “justo”. O Estado, muitas vezes causador das desigualdades, que é aliado do capital é o mesmo que procura de forma mínima corrigir os danos causados à população desprivilegiada. Entendamos esse termo desprivilegiada não de forma os tornando inferiores enquanto pessoas, mas como vítimas de um sistema que os excluiu da posse do bem comum.

Essas contradições e desfavorecimento das classes populares em detrimento das camadas sociais dominantes têm um impacto na transformação social dessas classes inferiores. Até porque só é necessário transformar aquilo que é oposto, ou seja, no caso das classes populares é necessário transformação porque não possuem o que deveriam, em muitos casos, nem o mínimo para a sobrevivência. Como também oportunizar a essas pessoas a capacidade de reconhecer a alienação existente, os tornando conhecedores dessas contradições. Nessa ótica Frigotto (1999, p.24) assinala que:

[...] a escola, ao explorar igualmente as contradições inerentes à sociedade capitalista, é ou pode ser instrumento de mediação na negação destas relações sociais de produção. Mais que isso, pode ser um instrumento eficaz na formulação das condições concretas da superação destas relações sociais que determinam uma separação entre capital e trabalho, trabalho manual e intelectual, mundo da escola e mundo do trabalho.

A estreita relação que se estabelece entre o Estado e o capital se constitui uma barreira mantenedora do padrão social que busca favorecer a classe hegemônica, tornando assim uma ascensão social dessas classes difícil, cheia de obstáculos que nem sempre são perceptíveis, mas que são existentes.

2.1 Breve relato sobre a educação no Brasil

Para uma melhor compreensão da realidade atual da educação brasileira faz-se necessário rever o passado. Sobre este aspecto Saviani assinala “[...] eu não posso compreender

radicalmente o presente se não compreender as suas raízes, o que implica o estudo de sua gênese” (SAVIANI, 2013, p. 4).

No contexto brasileiro nem sempre a educação foi um bem público acessível a todos seus integrantes, por ser um país que teve como origem processo coloniais, que desde o início aferiram algumas ordens àqueles que já se encontravam instalados nas terras brasileiras, esses povos eram os índios.

Podemos assim observar que desse modo começava a se estabelecer uma forma de relação de poder sobre os indígenas, e que a sua cultura naturalista, estilos de vidas alicerçados, deveria ser mudados por imposição dos portugueses, povos recém-chegados a essa terra. A educação trazida pelos portugueses era de cunho religioso que foi proferida aos índios sob forma de aculturação, para que fossem se adequando à cultura daqueles que agora iriam ser os governantes daquela terra, educação essa que se baseavam na religião mais precisamente no catolicismo. Nessa ótica, Saviani (2013, p.27) destaca que:

[...] no caso da educação instaurada no âmbito do processo de colonização, trata-se, evidentemente, de aculturação, já que as tradições e os costumes que busca inculcar decorrem de um dinamismo externo, isto é, que vai do meio cultural do colonizador para a situação objeto de colonização.

O sistema da época era o colonial. A educação era acessível apenas para os pertencentes à elite portuguesa, por muito tempo vigorou essa realidade. O nosso intuito não é traçar um percurso histórico sobre como se realizou o desenvolvimento da educação no Brasil. Nosso intuito específico é mostrar o ponto de partida que a educação brasileira teve, por ser um ponto que deve ser analisado como um condicionante da educação que temos na atualidade.

A educação na atualidade se constitui de caráter público em que todos têm acesso. Para que isso ocorresse muitos obstáculos tiveram que ser vencidos e até hoje ainda são, pelo fato da escola ser mais vista como meio de interesses particulares do que um bem social que deve ser partilhado.

A educação pública no Brasil é recente, só veio a ser direito de todos a partir da Constituição de 1988, que preconiza:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela EC n. 90/2015);

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.

Nessa trajetória percorrida pela a educação brasileira é inegável os vestígios ainda presentes desse passado, que insistem em permanecer como barreiras que devem ser vencidas dia a dia por meio da educação, como forma de aprimoramento e cumprimento da essência transformadora que a educação possui.

A historicidade da trajetória educacional brasileira deixou marcas que se iniciaram na sua concepção enquanto colônia. O olhar do homem colonizador estava voltado apenas para os privilégios financeiros que essa terra poderia lhe conceder. “A nossa colonização foi, sobretudo, uma empreitada comercial. Os nossos colonizadores não tiveram- e dificilmente poderiam ter tido- intenção de criar, na terra descoberta, uma civilização. Interessava-lhes a exploração comercial da terra” (FREIRE, 2017, p. 91).

A falta de comprometimento com o povo brasileiro incrementado por uma falta de humanização deixa marcas não apenas por terem explorado os bens da terra ocupada, mas por explorarem aqueles que lá estavam. Os problemas que se constituem hoje como: a passividade do sujeito no enfrentamento de sua realidade de desigualdade pode ser atribuída as raízes da história brasileira.

A dificuldade em sobrepor essas marcas deixadas ainda se faz presente, o homem ainda tem um bloqueio em exercer o seu papel democrático. Podendo essa dificuldade ser superada por meio de uma educação que permitida à posse desse espírito democrático uma propriedade de todos.

2.2 Educação e ascensão social

Com o crescimento econômico a escolarização vem se tornando uma ferramenta para a empregabilidade, por conta do crescente avanço do mercado industrial, que por consequência necessita de uma qualificação profissional, para atender aos meios tecnológicos de produção. Outro aspecto são as novas demandas da sociedade atual, que com a modernização ocorreu o aparecimento de novas profissões, que também exigem um preparo profissional.

Nesse contexto, podemos afirmar que a forma de sobrevivência e a forma de trabalho do homem têm passado por uma transformação bastante perceptível, vindo este buscar novas adaptações. O trabalho agrícola vem diminuindo, colaborando assim com o crescimento do êxodo rural, vindo as pessoas que antes tinha o trabalho baseado na produção artesanal a ocupar

os espaços urbanos em busca de outras formas de trabalho, sendo que essas novas demandas exigem qualificação profissional, aumentando assim, a procura pela educação formal. Sobre este aspecto, Delors et al (2010, p. 71), assinala que:

A relação entre o ritmo do progresso técnico e a qualidade da intervenção humana torna-se, então, cada vez mais evidente, assim como a necessidade de formar agentes econômicos aptos a utilizar as novas tecnologias e que revelem um comportamento inovador. Requerem-se novas aptidões e os sistemas educativos devem dar resposta a esta necessidade, não só assegurando os anos de escolarização ou de formação profissional estritamente necessários, mas formando cientistas, inovadores e quadros técnicos de alto nível.

A educação possui um papel importante na vida do aluno quando se refere à possibilidade da sua ascensão social, ou seja, a elevação social daqueles alunos pertencentes às classes populares. Isso por que a escola pode ser considerada um dos principais meios de possibilitar transformação de vida, muitos que vivem nessa realidade veem na educação a única alternativa para uma transformação social de suas vidas.

No capítulo anterior podemos elencar alguns aspectos que se estruturaram juntamente com a instauração da educação, consideradas contradições, que são inerentes a educação escolar por ela se atrelar a uma conjuntura social capitalista vigente, surgindo inicialmente para as classes populares como meio de formação para a mão de obra, partindo assim de um sistema dominante.

Para os sujeitos que não se enquadram nessa realidade deve ser oportunizada uma educação pensada para a promoção da sua inclusão nesse contexto, não se limitando apenas a sua ascendência, que é dificultosa nesse sistema, mas como também a sua formação enquanto sujeito pensante sobre a sua realidade contraditória, que ele não seja apenas pensante, mas que seja um cidadão que busque a transformação social enquanto sujeito da história.

Pensar em uma adequação apenas enquanto mudança da realidade financeira do sujeito irá permitir apenas que esse sistema se mantenha e se torne perpétuo. Essa é um dos discursos do sistema neoliberal, que a educação deve servir como um investimento da capacidade humana de trabalho, para a sua mudança de vida. Frigotto (1999, p. 50) adverte que:

O fato de não ser proprietários, não dispor de um capital físico, ou de não pertencer à classe burguesa, nesta ótica pouco importa, uma vez que o indivíduo, investindo em capital humano, poderá aumentar a sua renda (isso depende dele, pois a decisão é dele); e ao médio e ao longo prazo,

este investimento lhe permitirá ter acesso ao capital físico ou dispor do mesmo status e privilégios dos que o possuem.

Essa afirmação trazida pelo autor mostra a contradição desse pensamento, porque a ascensão do sujeito não depende apenas do seu mérito. Esse pensamento faz com que o alvo do sujeito seja apenas a recompensa financeira pela sua qualificação profissional e almeje chegar ao mesmo patamar dos privilegiados. Com isso esse sistema ganha a sua perpetuação e uma perenidade, fazendo com que a desigualdade continue por esse processo não ser tão simples assim “eu quero, eu consigo” existem obstáculos reais para essa classe. A educação contribuir para promover a igualdade do sujeito, que além de buscar uma forma melhor de sobrevivência, deverá ser também um agente transformador da realidade coletiva que vive a mercê dessas contradições.

Essa educação que possibilita a ascensão do sujeito a uma transformação da sua realidade social deve partir de alguns princípios, sendo um deles o papel exercido pela escola na busca dessa transformação. Por essa instituição ser acessível a todos então é um espaço que deve ser utilizado para o favorecimento das classes populares. Sendo assim, seu papel não deve se restringir apenas a uma perspectiva da escola em instruir o educando para a profissionalização, para a mão de obra. Paro (2010, p.771) adverte que:

[...] vigora nos sistemas de ensino e nas políticas públicas educacionais uma concepção estreita de educação, disseminada no senso comum, de que o papel único da escola fundamental é a passagem de conhecimentos e informações às novas gerações.

Essa prática voltada apenas para a profissionalização dos sujeitos torna reducionistas as possibilidades que a educação possui. Apesar dessa ideia ainda se perpetuar em vários espaços educacionais, esse pensamento retangular deve ser ampliado para uma perspectiva mais abrangente do que é o real papel da educação escolar.

Segundo Paro (2010, p.772) educar não é:

[...] apenas explicar a lição ou expor um conteúdo disciplinar, mas propiciar condições para que o educando se faça sujeito de seu aprendizado, levando em conta seu processo de desenvolvimento biopsíquico e social desde o momento em que se nasce.

A escola não pode exercer um papel de imposição de uma determinada cultura homogênea aos educandos, negando a cultura histórica do aluno. Determinado ato exercido pela escola pode ser considerado um abuso cultural, a instituição escolar deve levar em consideração

a realidade do aluno, mediando à educação de acordo com o contexto no qual está inserida, ou seja, a escola deve possibilitar uma educação contextualizada em que o aluno se sinta participante da sua educação, ao contrário disso, a escola passa a ser apenas um instrumento de aculturação social, a serviço da perpetuação da desigualdade social.

A escola agindo de maneira impositiva estará barrando as capacidades do desenvolvimento do aluno nessa instituição e, conseqüentemente, a sua formação no geral, na amplitude que a educação deve contemplar no desenvolvimento do ser humano. Por isso deve se ressaltar a formação do professor o/a e de toda equipe escolar, no intuito de se entender as bases para uma educação que prima pelo desenvolvimento integral do aluno, nos aspectos cognitivos, críticos e reflexivo.

Como foi exposto existem alguns fatores predominantes na sociedade que se tornaram enraizados, podendo ser considerados coadjuvantes negativamente para uma minimização da educação, a serviço de uma determinada classe, mas que não deve se tornar um fator de aniquilação do real princípio base da educação e dos seus objetivos centrais que ressalta o que ela é capaz de fazer. Genro (1992, p. 19) explica que:

Esta hegemonia, nas suas profundas contradições, deixa aberto um importante espaço para construção de um processo contra-hegemônico em termos de uma educação e de uma cultura humanista e libertadora. A partir daí, poderá se constituir uma consciência, que seja, ao mesmo tempo, produto da experiência e de uma teoria construída no bojo deste processo, que leve uma luta contra as determinações da economia, contra a 'tradição conservadora e contra a reprodução do Estado como estrutura 'independente e 'autônoma.

Não é porque vivemos em um contexto em que o Estado é soberano que a educação deve se subordinar ao sistema de forma integral. Apesar de todo poder que o Estado dispõe e sua capacidade de interferir na educação, ainda assim, existe a possibilidade real de que os educadores lutem por uma educação que atenda às camadas populares.

Sabe-se dos entraves encontrados na escola quando se trata de uma educação para a classe trabalhadora. Esses entraves são imperceptíveis por muitos, infelizmente, mas eles existem e, funcionam como barreiras para aqueles que buscam a prática de uma educação que não se prende a reprodução social. Um desses entraves é o currículo que dissemina uma cultura e um roteiro a ser seguido, que por muitas vezes deve ser contestado por não atender a realidade do educando. Outro entrave é a avaliação por meio de notas, que induz à classificação do aluno

como “bom ou ruim”. Esse método avaliativo imposto pelo sistema ocasiona o afastamento dos alunos e afeta a sua permanência na escola.

Como teóricos que buscou uma teoria para a superação dessas problemáticas, no Brasil, podemos destaca-se inicialmente Paulo Freire, considerado um dos revolucionários da educação, que em suas obras traz reflexões relevantes para o contexto educacional, que utilizou desse espaço para contribuir de forma significativa com a educação. Para isso utilizou-se da sua inquietude frente à realidade existente. Freire publicou vários livros que vão de encontro a essa problemática, da conjuntura que a sociedade está atrelada. Suas obras têm como debate principal refletir sobre a educação como meio de transformação social, por isso ficou conhecida como uma das teorias progressista. Meksena (2007, p. 86), afirma:

A nosso ver, as tendências pedagógicas progressistas se constituem nas teorias que terão como objetivo central tentar conceber criticamente a educação e a escola na sociedade capitalista, buscando ainda perceber de que forma essa educação e a escola podem ajudar no processo de superação das desigualdades sociais, contribuindo ainda para a construção de uma nova sociedade.

Sendo assim, essas tendências veem na escola uma instituição onde se deve refletir criticamente a sociedade, por nela existir contradições, que não favorece a classe trabalhadora. Essas tendências surgem na contramão de uma educação capitalista e deve ser adotado pelo professor o/a que faz da educação um meio para a transformação social.

Em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire faz uma reflexão acerca da relação oprimido e opressor, em que há uma existência de opressão e subordinação social. Essa conotação realizada pelo autor se faz para caracterizar a sociedade capitalista e a sua relação com a classe trabalhadora, para ele essa relação é de opressor e oprimido. Dessa forma, Freire (1987, p.1) enfatiza:

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotada uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Está somente é possível porque a desumanização, mesmo que em fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, ser menos.

A história da opressão tem se construído ao longo da história social, hierarquias se constituíram por meio de desigualdades, existindo a classe dos detentores de posses e poderes e os que eram subordinados ao trabalho para os patrões. Freire fala dessa relação entre opressor e oprimido que ela é um fato real, mas que não tem a obrigação de se perpetuar, que não deve ser aceita como um destino dado. Ele aponta a Pedagogia da Libertação como uma das saídas dessa relação de oprimido, sendo capaz de formar um ser crítico com capacidade de enxergar-se como oprimido e buscar sair dessa realidade, não se tornando um opressor, mas sim o que ele chamou de um ser mais. Freire (1987, p.10):

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser dos homens em processo de permanente libertação.

Essa educação se realiza por meio da percepção da sua realidade, para que essa realidade seja perceptível é necessário que o professor o/a como mediador do ensino problematize a realidade do aluno a fim de que perceba o quanto é oprimido. Foi essa a educação proposta pelo autor, que ficou denominado como educação popular. Defendia que a educação deveria partir das vivências cotidianas do aluno, transformando tais vivências em conteúdo de aprendizagem. Propunha que o ensino da leitura aos jovens e adultos analfabetos fosse realizado por meio de palavras que fizessem parte do seu cotidiano, estas seriam os temas geradores.

Essa pedagogia libertadora proposta por Freire ocorre na educação na sala de aula, não se reduzindo a uma educação que ver o aluno como mero receptor de informação colocando ao seu dispor conteúdos pré-estabelecidos pelo sistema que propaga a alienação do sujeito. A pedagogia libertadora apoia-se num método dialógico no qual não existe o detentor do saber, mas que os homens se educam entre si, partindo de trocas de experiências. Freire (1987, p.7) afirma que:

A educação que se impõem aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

O que podemos observar com a pedagogia libertadora proposta por Freire é que ele não apenas aponta a educação como sendo incapaz de levar os homens a uma elevação do seu estado de um ser menos, mas revela a capacidade que essa educação tem quando realizada em uma proposta humanizadora em que haja uma horizontalidade, em que todos sejam sujeitos aprendentes e seres em construção mútua do saber.

A segunda obra que podemos elencar a essa discussão realizada pelo autor é intitulada *Educação como prática da liberdade*, por se tratar do mesmo autor possui a mesma essência de uma pedagogia para a liberdade, mas é importante destacarmos algumas considerações trazidas pelo autor que contribuirá com a expansão desse olhar crítico que temos adotado em relação à transformação social das classes populares.

Existe uma singularidade entre as duas obras aqui exposta do autor, ele toma por base a realidade brasileira como alicerce de suas discussões. Isso se faz possível por meio de historicidade que o Brasil possui. O autor baseia as suas reflexões a partir da conjuntura capitalista que o Brasil se constituiu. No seu livro *Educação como prática da liberdade* Freire inicia o debate resgatando o período inicial vivenciado pela sociedade brasileira que foi o período colonial para o período republicano o qual denominou de momento de transição.

Ele nos mostra que a história vivida pelo Brasil de apropriação, escravismo, fez com que os seus constituintes criassem uma experiência antidemocrática, que afeta até hoje a sociedade, que para essa superação se faz necessário à realização de uma educação libertadora, que seja capaz de reverter às marcas deixadas pela história de opressão. “O que nos importa afirmar é que, com essa política de colonização, com seus moldes exageradamente tutelares, não poderíamos ter tido experiências democráticas” (FREIRE, 2017, p.101).

Essas marcas ainda permanecem. Ainda vivemos em uma sociedade opressora. Essa transcendência como denominou o autor só será possível por meio de uma educação transformadora. Freire (2017, p.119):

Uma educação que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, em vez de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias.

O autor propõe uma educação contra a massificação do homem, em que ele seja capaz de problematizar criticamente a sua realidade não se limitando a passividade de recepção de informações dadas como corretas, tornando-se um sujeito que não se permite refletir os

aspectos sociais quem envolve a sua realidade. Antagônico a esse pensamento o homem deve ser auto analisador da sociedade que está inserido, não se limitando a um pensamento mítico, que lhe apresenta pensamentos prontos. Como ressalta (FREIRE, 2017, p. 60).

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno está em que é hoje dominado pelas forças dos mitos e acomodado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulsos da órbita das decisões.

Para Freire, a educação que se encontrava instituída não era capaz de realizar uma transformação da realidade do sujeito. “Uma educação que se baseia no tradicionalismo, era necessária uma teoria que a superasse, essa é a teoria proposta pelo autor. Uma educação que tentasse a passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica [...]” (2017, p. 113).

A proposta trazida pelo autor não é de uma mera educação para a transmissão de conteúdos, no seu caso de alfabetizar apenas para a decodificação da palavra, mas um processo educativo por meio do qual o sujeito se tornasse um ser politizado capaz de se enxergar a partir da sua cultura, do seu contexto e criticá-lo, perceber-se enquanto ser participante da mesma. Nessa perspectiva Freire, (2017, p. 136) destaca:

Desde logo, afastáramos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. Desde logo, pensamos a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade. Num trabalho com que tentássemos a promoção da ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo em que alfabetizássemos.

Como dito anteriormente, a educação proposta por Freire enfatiza a saída do homem do aspecto ingênuo para o aspecto crítico. Sendo assim, denominou diferentes percepções que podem ser tidas pelo homem, sendo elas: consciência crítica e consciência ingênua. “[...] é próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade, enquanto que a ingênua o próprio é superposição à realidade” (FREIRE, 2017, p. 139).

Há ainda uma terceira forma de percepção da realidade que Freire, (2017, p. 138) chamou de consciência mágica.

[...] não chega a acreditar-se “superior aos fatos, dominando-os de fora, nem “se julga livre para torná-los conforme melhor lhe agradar”. Simplesmente os capta, emprestando-lhes um poder superior, que a domina de fora e a que tem, por isso mesmo, de submeter-se com docilidade.

O autor propõe que o aluno venha ter a consciência crítica, que sai da posição passiva que tinha como correta, a partir de imposições naturalizadas por meio da história que o Brasil vivenciou. Só por meio dessa consciência crítica o homem é capaz de exercer a sua consciência democrática roubada. Sendo assim, a educação como meio de transformação deve promover essa transcendência do homem. Nessa perspectiva, Freire (2017, p.85) assinala.

O que nos parecia importante afirmar é que o outro passo, o decisivo, da consciência predominantemente transitivo-ingênua para a predominantemente transitivo-crítica, ele não daria automaticamente, mas somente por efeito de um trabalho educativo crítico com esta destinação. Trabalho educativo advertido do perigo da massificação, em íntima relação com a industrialização, que nos era e é um imperativo existencial.

Essa proposta instiga a sermos agentes que busca promover permanentemente a experiência democrática, isso se deve ao fato de estarmos inseridos em uma conjuntura que busca roubar isso do homem, por ser esse bem uma arma importante para o exercício da democracia, enquanto cidadão revolucionário, que busca a transformação social.

O método proposto por Freire (2017, p. 141) consiste em três princípios que segundo ele são: “a) Num método ativo, dialogal, crítico e criticizador; b) Na modificação do conteúdo programático da educação; c) No uso de técnicas como a da redução e decodificação”. O método proposto foi posto em prática no Recife promoveu uma grande transformação por isso à revolta que acarretou no seu exílio. Esse método nos trouxe contribuições que podem ser adotadas na sociedade ainda desigual como um meio de promover a transformação social.

É importante refletirmos que nem toda educação pública é sinônimo de educação democrática, o que irá definir a identidade da escola são as práticas que norteiam o trabalho pedagógico. Libâneo (1995, p.12) assevera que:

Valorizar a escola pública não é, apenas, reivindicá-la para todos, mas realizar nela um trabalho docente diferenciado em termos pedagógicos-didáticos. Democratizar o ensino e ajudar os alunos a se expressarem bem, a se comunicarem de diversas formas, a desenvolverem o gosto pelo estudo, a dominarem o saber escolar, e torna-los enquanto coletividade. Trata-se, enfim, de proporcionar-lhes o saber e o saber-fazer críticos como pré condição para a sua participação em outras instâncias da vida social, inclusive para melhoria de sua condição de vida.

A escola para ser considerada um bem público não é apenas por seu caráter gratuito, e nem democrática por todos poderem ter acesso, esses princípios vão muito além dessas

definições. A escola pública e democrática deve exercer funções que realmente definam o que ela é, patrimônio público que atende a realidade dos seus integrantes que lutam a favor da transformação da realidade de vida dos sujeitos. Genro (1992, p. 18) adverte que:

[...] com a consciência antidemocrática que se assenta justamente na supressão desta divisão porque prega uma uniformidade a qualquer preço, passando por cima das singularidades e, naturalmente, descamba para o totalitarismo porque não contempla as características da especificidade de cada ser humano.

Podemos observar que o inverso da democracia é a consciência antidemocrática, que pensa uma educação igualitária para todos no sentido que existe uma homogeneidade da pessoa humana, não leva em consideração a subjetividade de cada sujeito suas particularidades enquanto ser único, sua história de vida e as oportunidades a que teve acesso ou não.

Educação que colabora com a ascensão do sujeito, deve analisar a heterogeneidade que o sistema oferece como conteúdo e método, ou seja, o currículo pré-estabelecido, que não contempla a diversidade existente em uma escola. Deve existir atuação de professores o/a que sejam reflexivos críticos e ainda que busque em sua ação a transformação da realidade, que não se limita apenas a reprodução dos conteúdos programáticos propostos.

É sabido que o homem se constitui a partir do seu trabalho e a escola tem sua função em formar o homem para a cidadania e para o trabalho, esse é um dos seus princípios. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, no art.º 2, preconiza que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Essa função de formação para o trabalho não deve ser atendida pela escola de forma alienante, ao contrário, deve ocorrer por meio do saber fazer crítico do aluno, uma das funções da escola deve ser essa, ou seja, a equipe formadora da instituição escola deve ter em mente o seu papel, como assinala Cortella (2010, p.66), “O Ocidente acabou escorregando nesse canto e colocou as pessoas como insignificantes tocadoras de símbolos, em vez de executoras de uma grande obra [...]”. A escola deve ter em mente qual a sua obra, qual o seu papel social, para que se luta em prol de quais objetivos, sabendo qual a sua relevância e o seu poder de transformação,

sem deixar que o sistema opressor os transforme em seres alienados que não veem significado algum no que se fazem, apenas exerce o papel de execução de um programa.

Podemos abordar outra teoria relevante na educação brasileira desenvolvida pelo autor Dermeval Saviani, denominada como teoria histórico crítica da educação. O autor com essa teoria buscou uma forma capaz de superar as críticas realizadas pelos autores das teorias crítico-reprodutivistas. Enquanto os críticos da educação apontavam as contradições existentes na educação, sem buscar saídas para a superação dessas discrepâncias existentes na instituição de ensino, Saviani buscava uma proposta que não só apontassem essas críticas, mas que existisse uma saída para essas divergências, sem anular o papel da escola. Nessa ótica Saviani (2013, p.59) enfatiza que:

A teoria crítico – reprodutivista não pode oferecer respostas a essas questões, porque, segundo ela, é impossível que o professor desenvolva uma prática crítica; a prática pedagógica situa-se sempre no âmbito da violência simbólica, da inculcação ideológica, da reprodução das relações de produção.

Para o autor as teorias críticas reprodutivistas anulam o papel da escola como transformadora. Todas as suas práticas são como objetivos para a capacitação, para a produção a serviço da burguesia, ou seja, está completamente emergida pelos preceitos do sistema capitalista. Para Saviani, (2013, p.60)

[...] não existe uma análise da educação como um processo contraditório. Para eles, a educação escolar é unicamente um instrumento da burguesia na luta contra o proletariado. Em nenhum momento admitem que a escola possa ser um instrumento do proletariado na luta contra a burguesia.

Essa teoria proposta por Saviani não é elaborada ingenuamente ao pensar sobre a educação como sendo um instrumento neutro, ao contrário, ele tem clareza desses entraves antagônicos da escola, a formação para a técnica. É nessa perspectiva que em seu livro Escola e Democracia ele faz uma análise das tendências pedagógicas, dividindo-as em teorias críticas e não críticas. As não críticas são problematizadas pelo autor de forma a criticar o seu papel enquanto meio reprodutivista de uma cultura dominante. O autor em suas afirmações não nega o interesse da educação universalizada que se instaurou, mas em contrapartida também não anula o seu papel a favor das classes populares.

Por parte dos críticos da educação se constituiu um pensamento em torno da educação que a sua naturalidade é de caráter dominante que ela é um instrumento próprio da burguesia. Nessa perspectiva Saviani (2013, p.69) afirma que:

[...] o saber é histórico, e como tal é apropriado pelas classes dominantes, mas isso não significa que ele seja inerentemente dominante. O que hoje é denominado de “saber burguês” é um saber do qual a burguesia se apropriou e colocou a serviço de seus interesses.

Se nos apropriarmos desse pensamento e todas as suas hipóteses, anularemos a existência da instituição escolar. A sua existência se torna desnecessária. Como também a existência dos educadores o/a. Foi nesse contexto que a teoria histórico crítica se constitui em um momento em que as teorias crítico-reprodutivistas não forneciam respostas às suas inquietações em frente a essa percepção de educação como apenas reprodutora dos interesses dominantes.

Sendo assim, Saviani (2013, p.80) propõe que teoria histórico crítica é:

[...] a passagem da visão crítico-mecanicista, crítico-a-histórica para uma visão crítico-dialética, portanto histórico-crítica, da educação, é o que quero traduzir como expressão pedagogia histórico-crítica. Essa formulação envolve a necessidade de compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo ponto de compromisso, seja a transformação da sociedade e não a sua manutenção, a sua perpetuação.

Se olharmos apenas para as contradições que estão presentes no contexto educacional, realmente podemos descartar a necessidade da escola, mas não é isso que o autor propõe, por defender que o conhecimento faz parte de um processo histórico produzido pelo homem de acordo com as suas necessidades de superação e sobrevivência, o que ocorre é que esse saber foi utilizado indevidamente pela burguesia como forma de dominação. O que deve ser realizado não deve ser a extinção e descarte desse saber, mas sim a sua propagação nos meios educacionais para as massas. Para o autor a escola possui um caráter específico que é o que lhe caracteriza como sendo necessária a sua existência, esse caráter é o de compartilhar o saber sistematizado.

O autor ressalta críticas que são feitas por esse seu pensamento ser visto por muitos como reducionista, e que acaba se caracterizando como uma teoria tradicional. Saviani (2013, p. 84) assinala que esse ponto de vista não é verídico, pois a teoria propõe o acesso a esse saber de forma democrática que o sujeito saiba o porquê do conhecimento e para que serve:

[...] a escola tem uma função especificamente educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual defini a especificidade da educação escolar.

Essa perspectiva trazida pelo autor para muitos é óbvia, como também muito tradicional como já foi dito. Mas ele tem uma linha de pensamento de que esse saber é um saber clássico, que se tornou global, só que ao invés dele exercer essa função de saber pertencente a todos, tornou-se uma propriedade privada das classes dominantes. Saviani (2013, p. 15), propõe que esse saber que é tão óbvio chegue de fato a todos de forma democratizada:

E como é frequente acontecer com tudo que é óbvio, ele acaba sendo esquecido ou ocultado, na sua aparente simplicidade, problemas que escapam à nossa atenção. Esse esquecimento e essa ocultação acabam por neutralizar os efeitos da escola no processo de democratização.

Por isso as contradições não devem ser esquecidas elas existem. Para se ter a noção da necessidade de uma teoria histórico-crítica da educação é necessário está ciente dessas contradições que busca a limitação desse saber e o seu uso restrito a favor do enriquecimento da elite. Essa teoria não se limita apenas a defender o ensinamento dos conhecimentos sistematizado, mas propõe uma pedagogia capaz de viabilizar essa aprendizagem. “Daí surge o problema do saber elaborado em saber escolar. Essa transformação é o processo por meio do qual se selecionam, do conjunto do saber sistematizado, os elementos numa forma, numa sequência tal que possibilite a sua assimilação” (SAVIANI, 2013, p. 65).

Podemos definir esse processo como sendo o ponto-chave dessa teoria, em que esse conhecimento deve ser trabalhado por meio de uma pedagogia acessível às classes populares, em que os métodos sejam capazes de compartilhar esse conhecimento sem que seja negado a essa classe. Essa proposta pedagógica surge do seguinte pensamento.

Na sociedade capitalista, a tendência é torna-lo propriedade exclusiva da classe dominante. Não se pode levar essa tendência às últimas consequências porque isso entraria em contradição aos próprios interesses do capital. Assim, a classe dominante providência para que o trabalhador adquira algum tipo de saber, sem o que ele não poderia produzir; se o trabalhador possuir algum tipo de saber, ele é dono de força produtiva e no capitalismo os meios de produção são propriedade privada! (SAVIANI, 2013, p.67)

A função dessa pedagogia é a de compartilhar esse saber indo contra a ideologia da classe dominante que busca apropriar-se dele, para que a classe proletária fique subordinada a sua dominação. Adam Smith citado por Saviani, diz que é admitido conceder instruções aos trabalhadores, mas ressalta, “porém, em doses homeopáticas”. A escola que atende as classes populares deve ir em contrapartida a esse pensamento que nega esse saber as classes trabalhadoras: Saviani (2013, p. 84) assinala que:

Em outros termos, a escola tem uma função especificamente educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação.

Considerando a clareza do que já foi apresentado até aqui podemos observar a relevância que o autor deposita na educação escolar como meio para o compartilhamento do saber elaborado. Podemos então explicitar qual a finalidade geral que propõe a sua teoria. Saviani (2013, p. 85), afirma que:

Com efeito, socializar os meios de produção significa instaurar uma sociedade socialista, com a consequente superação da divisão em classes. Ora, considerando-se que o saber, que é o objeto específico do trabalho escolar, é um meio de produção, ele também é atravessado por essa contradição. Consequentemente, a expansão da oferta de escolas consistentes que atendam a toda a população significa que o saber deixa de ser propriedade privada para ser socializado.

O autor vê na escola um instrumento para se ter uma sociedade socialista, isso ocorre quando o saber que ela dispõe é compartilhado com todos, deixando de ser apenas privilégio da classe dominante, ou seja, as classes populares terão acesso ao saber que para a burguesia é sua sustentação na permanência da sua sustentação enquanto dominante. O saber ao ser socializado beneficiará a todos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A busca pelo conhecer é algo natural do ser humano. Essa busca nasce juntamente consigo como uma maneira de sobrevivência, utilizando da capacidade natural de relacionar os fatos com os acontecimentos, adquirindo assim um saber sobre as coisas. Chega um determinado momento que esse conhecimento passa a não dar conta de compreender de maneira aprofundada

os fatos, e faz-se necessário um aprofundamento do conhecimento para além do senso comum, é nesse momento que surge a necessidade do conhecimento científico. Como assinala Barros (1990, p.13):

O conhecimento científico é o aperfeiçoamento do conhecimento comum e ordinário, sendo obtido através de um procedimento metódico, o qual mobiliza explicações rigorosas e/ou plausíveis sobre o que se afirma a respeito de um objeto ou realidade.

Para o melhor aprofundamento do tema e obtenção de resultados válidos se fez necessário traçar um percurso, que suprisse as necessidades de esclarecer o tema de forma satisfatória e validada. Podendo assim classificar essa pesquisa como bibliográfica e de campo. Bibliográfica por que tem como fontes documentos já validados. “A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas [...]” (Marconi, Lakatos, 2010, p.166).

Desse modo, essa investigação recorreu a fontes bibliográficas, tais como: livros e artigos como fontes que embasam a pesquisa, que deram sustentação teórica ao tema estudado. Partindo como primeiro passo para a compreensão da escolarização como meio para ascensão social. Buscou-se refletir a partir de estudos já realizados as contradições sociais existentes na educação em relação ao capitalismo, sistema econômico instaurado ao longo da construção da sociedade. Tal estudo deu suporte para o prosseguimento da pesquisa.

Também se recorreu a conteúdos disponíveis na web, como videoaulas, que abordavam a temática pertinente ao tema. Foram assistidas vinte e oito videoaulas, abordando várias temáticas, que ajudavam a entender a amplitude do tema, por se tratar de vários aspectos que devem ser levados em consideração e estudados, para que se realizasse uma explanação aprofundada.

Conforme anteriormente mencionado, além da pesquisa bibliográfica realizou-se também a pesquisa de campo na busca dos esclarecimentos almejados. “Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.169).

Podemos classificar a presente pesquisa numa abordagem qualitativa, por buscar a compreensão de dados não quantificáveis e, sim a busca da interpretação da realidade dos

sujeitos, podemos definir a abordagem qualitativa na seguinte perspectiva. Tozoni-Reis (2009, p.10) assevera que “A pesquisa qualitativa defende a ideia de que, na produção de conhecimentos sobre os fenômenos humanos e sociais, interessa muito mais compreender e interpretar seus conteúdos que descrevê-los”.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa tem por objetivo compreender a realidade por meio de aspectos interpretativos, que se dão através de reflexões da realidade estudada, o que ocorre ao seu entorno, que é decorrência das relações que estabelece com a natureza e sociedade.

Em relação ao *locus*, a pesquisa ocorreu em dois locais, a saber: primeiro, em uma instituição da rede pública de ensino, localizada no núcleo habitacional I, Zona rural, pertencente à cidade de Sousa PB. Para a escolha da escola utilizou-se de um critério, de que a escola atende as classes populares. O segundo local da pesquisa foi a Universidade Federal de Campina Grande, localizada na cidade de Cajazeiras PB. Essa escolha foi pertinente por ver a necessidade de se investigar duas percepções de diferentes níveis de ensino, sendo eles o ensino fundamental II e o nível superior.

Para a realização da pesquisa foi necessário a participação de sujeitos que nos fornecessem os dados necessários. O quadro de sujeitos foi composto por quatro docentes, duas de cada instituição. Sendo duas professoras que atuam na escola de Educação básica (uma professora de Português e outra de História ambos do fundamental II). E duas professoras da universidade, vinculados ao curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação (UAE).

No intuito de alcançar os objetivos estabelecidos na pesquisa, de verificar a sua concepção enquanto professor o/a da escola básica e do ensino superior, que atende sujeitos pertencentes à classe popular, buscando saber qual a sua percepção enquanto docentes, acerca do papel da educação na ascensão social desses alunos. Como afirma Saviani (2009, p.70),

O professor deve antever com uma certa clareza a diferença entre o ponto de partida e o ponto de chegada, sem o que não será possível organizar e implementar os procedimentos necessários para se transformar a possibilidade em realidade.

Podemos observar a relevância do papel do professor o/a nessa participação, por isso que a sua percepção enquanto ser consciente da função que a escola tem, possibilitará a diferença na sua atuação, enquanto agente participante desse processo.

Para a realização da pesquisa, utilizamos como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada, permitindo conhecer o que os entrevistados pensam acerca do tema investigado. A entrevista semiestruturada nos possibilitar uma flexibilidade, não se prendendo a

perguntas fixas sem possibilidade de intervenção, mas permite ao entrevistador intervir seja no intuito de tirar uma dúvida ou aprofundar o questionamento que não ficou bem esclarecido contribuindo assim de forma significativa com o trabalho científico.

Desta forma, Marconi e Lakatos (2010, p.178), define:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social.

Na escola básica, utilizamos a entrevista estruturada, a qual possibilita a coleta dos dados de maneira mais restrita. “É uma relação de perguntas, aplicada igualmente a todos os entrevistados, o que permite depois realizarmos uma análise quantitativa” (MATOS, 2002, p.62).

A entrevista estruturada tem como característica a uniformidade das perguntas, possibilitando que não exista desvantagem aos entrevistados no ato da entrevista. Todos têm acesso às mesmas indagações sem intervenções do entrevistador.

A entrevista buscou abordar aspectos inerentes ao objeto de pesquisa, na busca de atingir o objetivo proposto, como forma de contribuir com as reflexões sobre a educação como instrumento para a ascensão social. Logo após a coleta de dados, em que podemos coletar os dados pertinentes a pesquisa, foi realizada a análise destes. Trujilo apud Marconi e Lakatos (2010, p. 151) definem a análise da seguinte maneira:

É a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser “estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-efeito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo etc.

Trata-se da análise dos conteúdos coletados, em que o pesquisador irá fazer a interpretação por meios comparativos com as teorias já estudadas sobre o tema. Para Marconi e Lakatos a análise dos dados da pesquisa parte de dois processos, além da análise é realizada a interpretação. Nessa perspectiva, Marconi e Lakatos (2010, p. 152) definem a interpretação da seguinte forma:

É a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos.

A interpretação vai partir da capacidade reflexiva de confrontar o que foi coletado com os conhecimentos já realizados, na busca de chegar ao alcance dos objetivos, em que se chegue a respostas verídicas sobre ele. Podendo aferir conclusões previstas ao tema, ou uma conclusão inesperada.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO

Nesta seção são registradas e analisadas as informações obtidas no decorrer da pesquisa de campo a qual ocorreu no período de 10 a 18 de maio de 2018.

Para preservar a identidade dos sujeitos participantes desta investigação, estes serão aqui denominados de Docente I, Docente II, Docente III e Docente IV.

4.1 A percepção dos docentes da Educação Básica acerca da educação enquanto fator de ascensão social

O objetivo geral deste trabalho foi investigar a percepção dos docentes quanto à intrínseca relação entre a escolarização e a ascensão social. Partindo desse pressuposto os sujeitos escolhidos para participar da investigação foram os professores. Tal escolha deu-se pelo fato de que os docentes têm um contato direto com os alunos que estão em pleno processo de escolarização e, ainda, por reconhecermos seu papel enquanto mediador dessa aprendizagem.

O professor o/a é o profissional que tem o contato direto com os alunos, que tem a oportunidade de proporcionar ou não a educação transformadora, dependerá da sua atuação, para isso é necessário saber qual a sua percepção, pois influenciará na sua prática docente direta ou indiretamente. A partir do conhecimento que demonstra sobre escolarização e ascensão social é possível identificar sua compreensão enquanto sujeito participante desse processo.

Foi elaborado então um roteiro de entrevista para a coleta de dados a fim de alcançar os objetivos propostos. Na primeira parte da pesquisa foram entrevistadas duas professoras que atuam no ensino fundamental II. Na realização da entrevista com estas professoras encontramos dificuldades em relação a sua realização. Por apresentarem resistência em conceder as resposta de forma oral, dizendo que não sabiam se expressar. Então, a entrevista que a princípio seria semiestruturada foi substituída por uma entrevista estruturada a partir de um roteiro escrito.

A primeira questão dirigida as docentes foi à seguinte. Qual a sua percepção quanto ao papel da escola?

O educador é um mediador capaz de levar o educando a construir valores e uma perspectiva de vida melhor (**Docente I**).

A escola é uma instituição muito importante na formação social das pessoas, porém, não é a única. Além de levar o conhecimento acadêmico aos alunos, “tenta” também educá-los para a vida, o que tem sido cada vez mais difícil (**Docente II**).

A partir das respostas podemos perceber um contraste. Uma se restringiu ao papel do professor, a outra se referiu ao papel da escola, como também exemplificando a educação como prática que pode ocorrer em outros lugares além da escola. Segundo Saviani (2013, p.14) “[...] a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber.” Essa percepção do autor traz apenas uma dimensão do papel da escola, abordando o seu aspecto enquanto instituição responsável pela transmissão do saber elaborado, que conforme o autor essa é uma das características da educação formal e que deve ser realizada de maneira eficaz, esse foi um dos aspectos mencionados pela docente II como sendo um dos papéis conferido a escola, entretanto, devemos ampliar esse papel da escola para uma dimensão política, transformadora. Na contemporaneidade faz-se necessário que o entendimento do papel conferido à escola vá para além da formação técnica e aquisição dos conhecimentos científicos, eles são importantes nessa ascensão se juntamente aliados a uma dimensão política da realidade.

Podemos observar na resposta da docente II, ao afirmar a educação como meio para formação social do sujeito. Podemos evidenciar que a educação para a formação social deve ser pensada numa perspectiva de contínua transformação, em que os sujeitos adquiram a capacidade de refletir sobre a sua vida em sociedade e a realidade que vivenciam.

Na sequência da entrevista foi indagado. Você considera a escola como agente de transformação social? Comente.

Sim. Uma população com educação é capaz de transformar o mundo que o rodeia (**Docente I**).

Sim. Somente através do conhecimento podemos transformar nosso futuro, além da questão da ascensão social, melhores oportunidades de emprego, há também uma mudança na visão de mundo (**Docente II**).

Podemos observar que as duas respostas foram afirmativas. As docentes acreditam sim na educação como agente de transformação social. A docente I, acredita que a educação é capaz de transformar o mundo. É instigante pensar a partir desse ponto de vista, vemos que o papel da educação se torna inquestionável. Vemos que a docente não tem um olhar crítico com respeito às contradições que perpassam a sociedade capitalista e, que inevitavelmente atinge a escola e a prática educativa.

A docente II, vai mais além, observando o papel da escola em duas vertentes, tanto em possibilitar a ascensão social, quanto à transformação da sua realidade econômica e, ainda a transformação da sua visão da realidade.

É imprescindível pensar nessa possibilidade que a educação oferece, e é importante saber a visão do professor o/a quanto a essa função de transformação da visão da sua realidade. Tal percepção é relevante para sua atuação, quando este profissional está ciente dessa função, então buscará meios para melhorar a sua atuação, enquanto sujeito integrante dessa transformação.

Nessa perspectiva Saviani (2013, p. 86), ressalta que:

[...] a pedagogia crítica implica a clareza dos determinantes sociais da educação, a compreensão do grau em que as contradições da sociedade marcam a educação e, conseqüentemente, como o educador deve posicionar-se diante dessas contradições e desenredar a educação das visões ambíguas, para perceber claramente qual é a direção que cabe imprimir à questão educacional.

O professor o/a necessita basear a sua atuação por meio de uma pedagogia crítica, que exista uma clareza acerca das contradições existentes, e que sua prática esteja voltada para a busca da superação delas.

No terceiro quesito foi feito o seguinte questionamento. Como professor o/a de uma escola pública, qual a sua concepção em relação à educação escolar como meio para a ascensão social dos sujeitos das classes populares?

A educação é a base para a transformação. É na escola que se busca conhecimentos que leva o educando ter uma visão de mundo e perspectiva de vida melhor. Novos horizontes se abrirão e com certeza terão um futuro brilhante (**Docente I**).

Pessoas que vem de classes sociais mais baixas muitas vezes precisam abandonar os estudos mais cedo para trabalhar e atender as necessidades básicas da família. Através do estudo eles podem ter acesso a empregos que ofereça uma remuneração mais digna e a partir daí sair da condição de miséria e desqualificação profissional (**Docente II**).

As duas docentes trazem perspectivas diferentes em suas respostas. Uma afirma, que todos que tem acesso à educação com certeza terá um futuro brilhante, sua visão sobre a educação segue uma linha otimista. Ao contrário da docente II, que sua resposta evidencia um dos entraves que pode dificultar a permanência desse aluno vindo das classes populares na escola, mas evidencia que por meio da educação escolar poderá adquirir qualificação necessária para uma boa ocupação profissional, até mesmo para ocupar nos dias atuais o mercado de trabalho é necessário uma profissionalização e, um dos meios de se ter acesso é a partir da educação sistematizada. Essa preocupação, conforme apontada anteriormente vem desde os

primórdios do sistema capitalista de produção. O que dificulta essa qualificação para aqueles advindos das classes populares é por sua realidade não ser propícia para que essa educação ocorra de forma satisfatória, então acabam por abandonar a escola.

Nesta ótica, Frigotto (1999, p.51) enfatiza que:

[...] (tomando quer como o acesso à escola, tipos e níveis de escolas, ou carreiras, ou tomando como tempo de permanência na escola, ou ainda, tomando como desempenho ou rendimento escolar) seria função de um conjunto de fatores sócio-econômicos ou chamado background sócio-econômico familiar, fatores ambientais, nutrição, fatores escolares (escola, professor, equipamento, tecnologia educacional, currículo, etc.). A matriz de fatores ou variáveis pode se estender ao “infinito”.

Podemos considerar que são vários os fatores de afastamento da população das classes populares do campo educacional. Podemos categorizar esses problemas citados pelo autor em problema de fatores externos e internos. Os internos são ocasionados pela própria desigualdade histórica que se instaurou; os externos pela falta de compromisso político com as questões educacionais. Sabe-se que esses fatores influenciam no futuro do educando, sua permanência na escola pode ser afetada. Com isso, acarretando a continuidade no mesmo patamar de escolarização, dificultando seu desenvolvimento intelectual e, seu acesso a novas oportunidades, não apenas na questão da empregabilidade, mas enquanto a sua formação emancipatória, desalienante.

A última pergunta feita as docentes tinha como objetivo averiguar o seguinte. Você tem conhecimento de pessoas que ascenderam socialmente a partir da escolarização?

Sim. Amigos e familiares **(Docente I)**.

Sim. Muitos alunos vindos de famílias de rendas baixas, de lares desestruturados já conseguiram mudar de vida através da escolarização **(Docente II)**.

Essa indagação é importante, no intuito de obter uma resposta que nos fará ver se realmente essa ascensão acontece não de forma exata, por que nosso objetivo não é quantificar esses dados, mas sim, conhecer a percepção dos docentes, se na realidade que vivencia como professor o/a essa ascensão se faz presente ou não.

Essa afirmativa confirma o que foi dito por eles, em aferir a escola como um meio de ascensão social, apesar das contradições existentes, isso é possível, quando na instituição se adota uma perspectiva de educação voltada para o sujeito que integra essa instituição; no caso

aqui posto em evidência, os alunos pertencentes às classes populares. Podemos notar que o que foi dito anteriormente pelas docentes é ratificado ao afirmarem que conhecem sim, pessoas que conseguiram mudar de vida por meio da educação.

4.2 A percepção dos docentes da Educação Superior

A segunda parte da pesquisa de campo foi direcionada aos professores o/a do ensino superior, no intuito de conhecer a percepção dos docentes da Educação Superior acerca da relação entre o processo de escolarização e a ascensão social dos estudantes das classes populares. Intencionalmente a entrevista foi feita com dois professores oriundos dessa classe social. É relevante buscar saber o olhar desses docentes que ocupa esse espaço na educação superior e, em segundo lugar por ser uma instituição pública cujo acesso é abrangente a todos por meio de processo seletivo; também por ser um espaço que tem entre seus objetivos formar sujeitos para a atuação profissional.

O roteiro de entrevista utilizado para entrevistar as docentes do ensino superior tinha o mesmo conteúdo da entrevista realizada com as docentes da Educação Básica, buscando conhecer a percepção do professor do ensino superior quanto à temática em apreço.

No primeiro momento indagamos as professoras: Qual a sua visão de educador o/a quanto ao papel da escola? As respostas foram as seguintes.

O papel da escola é um papel dúbio. É antagônico, porque a escola é uma instituição do Estado, então como instituição do Estado não tem um caráter totalmente revolucionário, totalmente transformador em certa medida ela atua para manter o *status quo*, as pessoas onde elas estão, e é digamos que manter privilégios históricos. Mas como uma instituição que só existe quando tem, gente ensinando e gente aprendendo, porque ela só existe com alunos e professores, não existe uma escola sem alunos e sem professores, então, pelo caráter humano dela ela tem um caráter absurdamente revolucionário transformador porque revolucionário e transformadores somos nós. Então, eu penso que a escola foi pensada como uma instituição de manutenção do *status quo*, mas cabe a nós professores que estamos nela e que temos é um papel de direcionar, de mediar os processos, cabe a nós encontrar espaços, forjar espaços que possam ser de transformação social, transformação da vida das pessoas **(Docente III)**.

Enquanto educadora nós temos que defender o papel da escola mesmo sabendo que tem a educação não formal, e a educação popular, mas nós aqui estamos falando do papel da sistematização dessa educação. Por que nós enquanto pedagogas nós educadores precisamos defender? a escola como formação pra vida ela faz com que você tenha condições de você

viajar sem viajar no conhecimento você tem condições de se libertar dos grilhões que são postos por essa sociedade capitalista de que se você quanto mais você estuda mas condições você tem de ser um cidadão uma cidadã no sentido pleno da palavra que possa se colocar no lugar do outro e ao mesmo tempo você ser se é que eu posso dizer ser cidadão do bem mas alguém que ver a educação como um papel da escola como transformação social individual coletiva mas fundamentalmente como libertação desse ser **(Docente IV)**.

Podemos observar nas respostas das docentes ao descrever o papel da educação uma vertente de análise crítica acerca da mesma, ou seja, elas possuem conhecimento das contradições existentes na educação. Como também reconhecem o poder transformador que a educação pode proporcionar. Segundo. Snydes apud Jamil (1992, p. 77) aborda que:

Ela é um terreno de luta entre classe dominante e a classe explorada, ela é um terreno em que defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que lá se passa reflete a exploração e a luta contra a exploração. A escola é simultaneamente reprodução das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação- mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação.

Podemos então perceber que a educação é um campo duplo, podemos ter essa clareza ao analisarmos historicamente quando a classe popular passa a ter o acesso à educação, o contexto em que essa classe é permitida adentrar a esse espaço, até então restrito. Uma das características que a define assim é o seu sistema ideológico por ter sua essência de caráter dominante, porém como exposto pela docente I composto por pessoas. Nessa perspectiva, Freire (2017, p.56) ressalta que o homem possui uma característica peculiar a sua natureza, sendo ela a sua pluralidade, para o autor:

Nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade. E há também uma nota presente de criticidade. A captação que faz dos dados objetivos de sua realidade, como dos laços que prendem um dado a outro, ou um fato a outro, é naturalmente crítica e, por isso, reflexiva e não reflexa, como seria na esfera dos contatos. Ademais, é o homem, e somente ele, capaz transcender.

O homem tem como característica intrínseca a capacidade de refletir a sua realidade, de não se limitar a passividade. Podemos dizer que ele não nasce para se tornar um ser alienado, sua essência é revolucionária ao momento que a sua realidade passa a ser refletida. Então a escola sendo constituída por esses sujeitos se torna por consequência revolucionária, seus

integrantes poderão fazer desse campo estático e dominante um campo de reflexão e atuação para a transformação da realidade vigente.

Fica claro na fala das professoras a confiança depositada na educação para a transformação social do sujeito, que ela é um meio de libertação do sistema capitalista instaurado na sociedade, apesar de ser um instrumento que atua a favor do referido sistema. Podemos assim ressaltar que as entrevistadas reconhecem as contradições existentes na educação formal.

Realizamos o segundo questionamento as docentes: Você considera a escola como agente de transformação social? Comente.

Sim. Totalmente ela pode ter essa função. [...] é, a escola principalmente quando ela compreende a realidade do sujeitos, entende esse sujeitos na sua totalidade, não pensa o sujeito só como aluno que precisa de instrução mas entende que eles são gente que tem sentimentos, que tem desejos, que tem sonhos, que tem frustrações, conflitos, quando ela entende os sujeitos nessa integralidade ela pode fazer transformações ela pode agir nesse sentido, é nossa função transformar a escola numa agente de revolução de mudança, é função do professor **(Docente III)**.

[...] a escola a educação sozinha ela não consegue, mas ela é um agente sim importantíssimo eu diria de grandiosa relevância para a transformação social num é como eu disse anteriormente para que nós consigamos esse ser sair da dessa condição de oprimido como já dizia Paulo Freire nós precisamos de mediar estarmos mediados por essa educação sistematizada e aí se eu não tenho essa educação sistematizada dificilmente eu conseguiria ocupar os cargos que podem ajudar a sociedade, a classe trabalhadora, a classe menos privilegiada e então essa escola ela tem que ser nós enquanto pedagogos professores a gente tem que defender é que essa escola ela necessita ser agente de transformação social [...] **(Docente IV)**.

Podemos observar a partir das respostas concedidas pelas professoras, que elas são afirmativas ao considerar a escola como meio para a transformação social do sujeito. A docente III ressalta os aspectos que devem ser levados em consideração em relação ao papel da escola enquanto meio possibilitador dessa ascensão social. No que concerne a respeitar a singularidade de cada sujeito, seus aspectos enquanto um ser de sentimentos particulares. A escola deve pautar a sua prática de acordo com essa realidade. Esse é um dos princípios que permite que a escola seja uma agente de transformação

Observando a fala da docente IV, ela afirma que é necessária essa apropriação da classe trabalhadora do saber sistematizado, podemos entender essa afirmativa como sendo relevante a discussão acerca da ascensão social por meio da educação, por sabermos que esse

saber sistematizado fará com que o sujeito integre os campos sociais nos quais esse saber é necessário. Nessa ótica Saviani (2013, p.20) assevera que:

[...] a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não material, cujo produto não se separa do ato de produção, permite-nos situar a especificidade de educação como referida aos conhecimentos, ideias, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz deliberada e intencionalmente[...].

A educação torna-se uma natureza segunda do homem, em que a necessidade de ter esse conhecimento se faz necessário para a vida na humanidade. O que deve ser analisado é que ele possui uma intencionalidade e que a aquisição desse saber não deve partir da imposição, mas sim da sua problematização, dando um significado a essa aprendizagem. Nessa perspectiva, Freire (2017, p.145), ressalta que:

[...] na medida mesma em que a alfabetização é mais do que o simples domínio psicológico e mecânico de técnicas de escrever e de ler. É o domínio dessas técnicas, em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende.

Quando a aprendizagem ocorre com significado, então será mais prazerosa. Será para além do conhecer superficialmente, o sujeito irá se apropriar desse saber a seu favor como meio para a sua transformação enquanto sujeito politizado. Essa educação além de possuir um caráter de sobrevivência, por estamos inseridos em um contexto que as formas de sobreviver se transformaram ao longo da história, essa não deve ser alienante, mas que o saber sistematizado seja precedido da reflexão, que o homem seja capaz de refletir sobre os aspectos sociais que os oprimi e exerça o seu papel democrático.

Dando continuidade a entrevista foi realizado a seguinte indagação: Como professora de uma universidade pública, qual a sua concepção em relação à educação escolar como meio para a ascensão social dos sujeitos das classes populares?

Historicamente o professor da universidade foi apartado da realidade da sociedade, em geral porque a gente tem na universidade a história da universidade e a história da educação para elite não é educação para o povo. Então muitas vezes o professor da universidade não consegue atuar nessa perspectiva porque ele se torna um sujeito elitizado, [...] mas eu penso que específico na formação de professores quando a gente tá no curso de Pedagogia, quando a gente está nas licenciaturas essa ascensão social e a universidade elas começam a se relacionar, as pesquisas

indicam que professores e mesmo os que passaram pela universidade sua grande maioria são das classes populares, são sujeitos que vieram da escola pública, então ai já tem um processo que nos liga a essa realidade da escola pública e a ascensão social. Então eu penso que quando a gente tá aqui na licenciatura na formação de professores a gente consegue pensar nessa perspectiva de ascensão social. É mais difícil em outros lugares, mas é a universidade para mim quando eu defendo a universidade que faz pesquisa, extensão que atua politicamente que é a instituição do ensino, mas também é a instituição do fazer por meio da extensão é porque eu acredito que é nesse todo que a universidade pode agir para a ascensão social dos sujeitos penso isso **(Docente III)**.

Na fala das docentes havia elementos que precisavam ter um olhar específico na sua análise, desse modo, optamos por analisá-las individualmente. Essa estratégia fará com que os pontos tocados pelas professoras sejam evidenciados levando em consideração a sua importância.

Podemos notar que a professora em sua resposta traz uma reflexão acerca da importância da universidade no processo da ascensão social das classes populares. A docente ressalta que existe uma elitização constituída historicamente, com relação ao ensino superior e os professores o/a que nela atuam por esse ensino ter sido negado por muito tempo as classes populares. Em contrapartida nas licenciaturas essa distância existente diminui, por que nestes cursos a maioria da classe docente é composta por sujeitos que vieram das classes trabalhadoras.

É nesse momento que a universidade tem um papel importante na formação docente, por que este sujeito além de ser um aluno vindo das classes populares, também será um futuro docente, e sua formação refletirá na sua atuação, podendo oportunizar essa ascensão, aos sujeitos que assim como eles, que vieram das classes populares possam ascender socialmente no sentido amplo.

É importante destacar a fala da professora quando ressalta que essa discussão da ascensão social no campo das licenciaturas é mais fácil do que em outros cursos. Podemos nos sentir privilegiados, enquanto a formação para outras profissões foca mais na competência técnica, a formação para a docência possui um caráter político, essa característica deve ser intrínseca a essa formação, por esse ser um agente de transformação social. Saviani (2013, p.32) adverte que:

é também pela mediação da competência técnica que se chega ao compromisso político efetivo, concreto, prático, real. Na verdade, se a técnica, em termos simples, significa a maneira considerada correta de se executar uma tarefa, a competência técnica significa o conhecimento, o domínio das formas adequadas de agir: é, pois, o saber-fazer.

É imprescindível na formação docente a interlocução desses dois aspectos, eles se tornam indissociáveis, o professor o/a só exercerá o seu ato político se detiver o caráter técnico que a docência exige, não puramente mecanizado, mas conhecimento dos meios para se chegar aos objetivos, ou seja, é a partir dos conhecimentos da prática docente e dos saberes docentes que o professor o/a exercerá uma educação transformadora.

Eu já era professora antes de trabalhar na UFCG. Eu era professora substituta na Universidade Estadual do Ceará, então também no curso de Pedagogia [...] em detrimento eu era professora numa faculdade particular em Fortaleza essa faculdade, eu trabalhava com vários cursos [...] e aí quando eu entrei, eu ficava assim impressionada porque o público que tem naquela universidade num curso de medicina tem um valor de oito mil reais [...] eu trabalhava na NAP núcleo de apoio pedagógico eu cheguei e perguntei, aqui tem curso de pedagogia? Já teve, mas não tem demandas, e ao mesmo tempo na UFC nós temos o curso de pedagogia, então enquanto educadora me entristecia mas ao mesmo tempo eu me alegrava quando eu chegava na UFC porque eu tinha condições de defender essa educação como ascensão. Como eu já disse anteriormente essa ascensão social ela demora a vir eu não sei se eu estivesse nessa área que eu mencionei da universidade particular se essa ascensão que é dito por lá que você paga um valor muito alto, mas que também você rapidíssimo você tem esse valor de volta que é o que você investiu, agora nossa área de educação é um valor que nós temos paulatinamente financeiro, mas ao mesmo tempo nossa ascensão como formação humana ela é imensa (**Docente IV**).

A professora nos traz duas vertentes relevantes para serem analisadas. A primeira consiste em uma ascensão pelo investimento no capital humano. Ela aponta como exemplo as faculdades particulares que tem mensalidades com valores elevados, em que se paga, para se obter um retorno financeiro posterior à formação. Nessa ótica Frigotto (1999, p. 51) nos lembra.

Mas de que forma o “capital humano” pelo investimento em escolaridade, em treinamento, de acordo com a teoria. O “fator H” seria, então, determinado por um conjunto de anos de escolaridade ou de treinamento. Variando o tempo e o tipo de educação e variando o rendimento escolar, o desempenho, ou o aproveitamento, irão variar a natureza do capital humano e, conseqüentemente os retornos futuros.

O exemplo citado pela docente vai de encontro a essa afirmativa, que acredita em um investimento para retornos financeiros, em que as universidades privadas em sua maioria disponibilizam cursos elitizados, em que a sua clientela possui condições de ter acesso em busca de uma capacitação humana que trará um retorno do que foi investido. Enquanto que os cursos

de formação para a docência ao exemplo da universidade que ela ensinava não eram disponibilizados por falta de procura. Podendo assim relacionar a essa falta de procura ao retorno financeiro que essa profissão tem, salários precários.

Como a própria professora indaga, e é imprescindível destacar a ascensão enquanto formação humana, por que só ela é capaz de oportunizar no sujeito o seu ato político que refletirá na sua ação democrática, que fará dele um ser revolucionário, que luta pelos seus direitos historicamente negados.

A formação proporciona uma parcela de ascensão financeira, por que a qualificação nos oportunizar a empregabilidade, mas que ela só não é revolucionaria para a ascensão das classes populares ela também deve buscar a transformação daqueles que estão nos lugares desfavorecidos. Podemos depositar a confiança dessa transformação na educação. Quando busca promover esse papel duplo, não permitindo a exclusão dos sujeitos que não têm uma posição privilegiada.

Por último fizemos a seguinte interrogação. Você tem conhecimento de pessoas que ascenderam socialmente a partir da escolarização?

Eu acho que grande parte do meu círculo, principalmente de colegas da escola e da universidade tiveram a sua ascensão por meio da escola e da educação. Eu estudei numa escola particular e pequena da cidade de fortaleza e era uma escola de classe média baixa na década de 90 inícios de 2000 [...] não posso dizer que eu vivenciei uma realidade miserável, mas eu vim de uma realidade muito dura, muito difícil, porque os meus pais eles acreditavam que eles tinham que investir em educação [...] meus colegas e eu, nós vivenciamos uma ascensão, hoje eu analiso que um tanto dessa ascensão foi por conta da escola [...] E depois fazendo o curso de licenciatura em história fazendo o mestrado e o doutorado em educação é quase 100% dos colegas vinham dessa realidade, dos colegas professores que hoje estão em outras universidades vinham dessa realidade uma realidade bem difícil [...] eu acho que o grande risco e a gente esquecer da nossa história esquecer do nosso papel que deve ser de continuar essa ascensão [...] eu acho que na educação a gente consegue fazer isso com mais sucesso (**Docente III**).

[...] um caso que eu fico assim feliz de ver que mora na Bélgica minha amiga também que nós fizemos mestrado juntas [...] vou me colocar né porque eu já fui empregada doméstica, já fui babá [...] eu trabalhava pra ajudar minha mãe [...] então assim eu posso dizer que eu estou pleiteando estou na espera que muitas pessoas da classe que eu da trabalhadora gostaria de está, eu digo o seguinte essa ascensão não é a desejada ainda porque por mais que eu tenha salário dito por alguns, que diz a professor universitário tem salário alto [...], claro que essa ascensão hoje eu poderia te dizer melhorou muito as minhas condições de vida de sobrevivência, porque hoje eu tenho condições de comprar o que eu quero pra comer, agora tenho condições de fazer isso todos os dias de ir pros melhores restaurantes? Não, então por isso que eu te pergunto o que é ascensão

social? [...] essa ascensão social no capitalismo [...] eu enquanto educadora estou te dizendo que essa ascensão pra mim ela ainda está a caminho, [...] mas eu posso te dizer que o conhecimento ele tem sim a formação bilateral que o Marx vai dizer essa possibilidade de emancipação de hoje eu conseguir observar o meu passado meu presente de vislumbrar o meu futuro (**Docente IV**).

É importante ressaltarmos a simetria entre as duas respostas, porque as duas docentes trazem como exemplos de ascensão social sua própria história de vida. Podemos observar que elas vieram de um contexto social desfavorecido socialmente, e tiveram na educação um meio para a superação dessa realidade. A docente III, ressalta a importância da área da educação como uma das ferramentas que tem uma maior disponibilidade de oportunizar as pessoas essa transformação em detrimento das outras áreas, no que concerne a oportunidade que o professor tem de realizar uma mediação que o aluno se veja como capaz de mudar a sua realidade, mesmo diante de todas as contradições existente. Além de apresentarem como exemplo trouxeram casos do seu contexto, pessoas que assim como elas conseguiram mudar sua realidade.

A docente IV, nos traz uma vertente que nos faz refletir o significado da ascensão social, ela traz em sua fala a sua trajetória de vida, relata que saiu de uma situação de pobreza e que hoje possui uma condição melhor de sobrevivência. Apesar dessa afirmativa, a docente faz uma análise sobre a ascensão social em detrimento a sociedade capitalista vigente, se realmente essa ascensão é possível nesse contexto social que vivenciamos. Ela ressalta essa contradição apesar de ter acontecido uma mudança de vida no aspecto financeiro em relação ao seu passado que era de pobreza, mas que ainda hoje existem algumas dificuldades, que nem tudo que se deseja é possível realizar. Então a mesma atribui à ascensão social, mas ao caráter humano de hoje conseguir por meio da escolarização uma percepção crítica da sua realidade do que a ascensão financeira.

É notável que sempre existirá essa falta, que dificilmente se atingirá a ascensão máxima, isso acontece em função do sistema sob o qual a sociedade se organiza. Os que estão no topo da pirâmide social são os donos do capital, essa hierarquização só será diferente se ocorrer uma mudança desse modelo de sociedade, e isso pode se tornar possível por meio da ascensão enquanto ser humanos que consiga obter um conhecimento capaz de refletir sua realidade, como foi relatado pela professora, que conseqüentemente se tornaram revolucionários, agindo em favor de uma sociedade igualitária. Então podemos afirmar que antes dessa ascensão ser financeira, deve ser consciente, ou seja, o despertar para um pensamento reflexivo sobre a realidade, como também a tomada de atitudes frente aos problemas encontrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta o estudo da relação entre escolarização e ascensão social. Vindo assim a nos trazer contribuições significativas na sua compreensão, que ao seu término podemos classificá-lo como complexo na sua exequibilidade.

O primeiro objetivo foi investigar as contradições existentes nesse processo, que surgem como empecilhos que dificultam a ascensão dos alunos oriundos das classes populares. Por meio dos estudos teóricos que abordam as contradições foi permitida a reflexão por meio de um olhar crítico acerca da realidade social vigente, que interfere diretamente na educação. Esse estudo se torna relevante por possibilitar que o olhar acerca dessa problemática seja amplo, que a passividade seja repensada tornando-se um sujeito que não aceita tudo como verdade absoluta.

Também foi objetivo desse estudo identificar a relação entre escolarização e ascensão social, foi possível compreendermos como ocorre esse processo, podemos constatar que este processo deve ser pautado em alguns princípios que superem as contradições existentes. Foi possível identificar que uma educação para a ascensão social dos alunos das classes populares, deve ir além da sua busca pela empregabilidade, essa educação deve buscar primeiramente a formação do sujeito politizado capaz de refletir a sua realidade de contradições, só assim capaz de superar a sua condição de opressão.

No que concerne a pesquisa realizada, ela nos trouxe uma amostra da realidade da escola básica e do ensino superior, revelando a concepção que esses docentes têm acerca da educação para a ascensão social, foi possível perceber primeiramente nas docentes da escola básica um certo olhar acrítico em relação a escolarização como meio para a mobilidade social, podemos assim dizer um pensamento baseado no senso comum, apesar de uma das professoras aferir um pouco de criticidade com respeito a problemática.

A partir das respostas dadas pela docente I identifica-se um pensamento de educação “redentora”, que por meio dela todos os problemas sociais podem ser solucionados, que ela é igualitária a todos, deixando assim a margem uma reflexão mais aprofundada sobre os impasses na educação das classes populares. É importante retificar essa percepção do professor da escola básica porque ela influencia na sua prática como professor o/ar. Se ele não reconhece a escola como sendo de caráter contraditório ele será apenas um reproduzidor.

Referente à pesquisa realizada com as professoras do ensino superior, foi possível identificar uma percepção mais crítica no que concerne à escolarização como meio para a

ascensão social dos sujeitos pertencentes às classes populares. As professoras do ensino superior mostraram mais propriedade sobre a problemática. Podemos observar que em certos momentos por parte de uma professora houve um questionamento se realmente essa ascensão por meio da educação seria possível, por vivermos em uma sociedade capitalista. Por acreditar em uma concepção, mas de educar para emancipação humana e não para a empregabilidade, em relação às camadas populares.

Alguns problemas elencados pelas professoras concordam com as teorias que abordam as contradições sociais existentes, que a educação em sua essência possui um caráter reprodutivista pelo contexto que a constituiu, mas não se restringindo apenas ao aspecto reprodutor como também a sua possibilidade de transformação da realidade social, confirmando essa afirmativa por darem exemplos de pessoas que ascenderam socialmente por meio da educação e por verem na escola um meio para essa mudança.

É instigante fazermos um comparativo entre as docentes da escola básica e do ensino superior, pelo fato de suas percepções serem diferenciadas, umas com um caráter crítico elevado e outras com um poder de crítica menor.

No que concerne à finalidade da pesquisa podemos constatar que apesar das suas percepções, uma mais crítica e outra menos crítica todas as professoras consideram a escolarização como um meio para a ascensão social dos sujeitos das classes populares.

Ao fim da pesquisa pode se concluir que concepção de ascendência social também ganhou uma nova dimensão, antes de se caracterizar como uma ascensão financeira, essa escolarização antes de tudo deve buscar a desalienação. Fazer com que os sujeitos sejam capazes de refletir a sua realidade e exercer racionalmente o seu papel de cidadão se comprometendo a buscar a transformação da sua realidade social. A ascensão só se torna possível se anteriormente a ela a escola tenha clareza do seu papel democrático, que pensa na educação voltada para o contexto dos seus educandos.

A ascensão só será possível pelo exercício de uma educação que transforma, e que mostra que nós enquanto cidadãos possuímos o poder democrático e somos capazes de fazer com que essa democracia ocorra. Então acima de tudo a escola deve despertar cidadãos com espírito revolucionário que lute pelos seus direitos.

Esse trabalho contribuiu significativamente em minha formação pessoal, por me possibilitar que a percepção que tinha no início da elaboração desse trabalho, fosse ganhando novos olhares, novas descobertas, que num primeiro momento trouxeram impactos, por elencar as contradições históricas, que nos assusta com tamanha

desumanização. Mas no segundo momento esse impacto foi ganhando uma nova visão, a de poder transformador dessa realidade que a educação possui e que nos convida enquanto docentes a sermos agentes dessa luta.

É necessário pensar como proposta futura em um aprofundamento teórico, mais abrangente acerca da temática abordada, por se tratar de um tema complexo e esse trabalho não poder contemplar todos os conteúdos necessários para a sua explicação. Essa proposta aqui apresentada foi apenas uma abordagem inicial.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Gerlaine Belchior. Reorganização da produção e a qualificação dos trabalhadores: o projeto trabalhar em questão. **Educação e modernização conservadora**. NETO, Enéas Arrais et al. Fortaleza: edições UFC, 2006.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: proposta metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>> Acesso em 12 set de 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf> Acesso em 17 de dez de 2017.

CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra: inquietações perspectivas sobre gestão, liderança ética**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elemento metodológico para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 5 eds. São Paulo: Cortez, 1992.

DELORS, Jacques, et al. **Educação um tesouro a descobrir**. UNESCO 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia como prática da liberdade**. 41ª ed. - Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica- social e capitalista – 5ª ed.** - São Paulo: Cortez, 1999.

GENRO, Tarço. Democratização e o papel da escola. FREIRE, Madalena, In: GROSSI, Ester Pillar org. **Paixão de aprender**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

LAKATOS, Eva Maria; Marina de Andrade MARCONI. **Fundamentos e metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola Pública**. A pedagogia crítico-social dos conteúdos. ed. Loyola, 1995.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. ed. Loyola, 2007.

MÉSZÁROS, István, 1930. **Educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (mundo do trabalho).

PARO, Vitor Henrique. **A educação, a política e a administração**: reflexões sobre a prática do diretor escola. Educação e pesquisa, São Paulo- SP, p. 763-778, 2010.

PONCE, Anibal, 1898 - 1938. **Educação e luta de classes**/ tradução de José Severo de Camargo Pereira. - 20. ed. - São Paulo: Cortez, 2003.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e educação**: contribuições ao estudo crítico da economia da educação capitalista/. - 2. ed. São Paulo: Moraes. 1980.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política - 41. Ed. Campinas, SP: Autores associados, 2009. (coleção Polêmicas do nosso tempo).

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Capinas, SP: 2013.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações 11. ed. Campinas, SP: 2013.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2 eds. - Curitiba: IESDE. Brasil S.A., 2009.136 p.

APÊNDICES



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



Roteiro de entrevista dos professores da escola básica

1. Qual a sua visão de educador o/a quanto ao papel da escola?
2. Você considera a escola como agente de transformação social? comente.
3. Como professor o/a de uma escola pública, qual a sua concepção em relação à educação escolar como meio para a ascensão social dos sujeitos das classes populares?
4. Você tem conhecimento de pessoas que ascenderam socialmente a partir da escolarização?



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



Roteiro de entrevista dos professores do ensino superior

1. Qual a sua visão de educador o/a quanto ao papel da escola?
2. Você considera a escola como agente de transformação social? comente.
3. Como professor o/a de uma universidade pública, qual a sua concepção em relação à educação escolar como meio para a ascensão social dos sujeitos das classes populares?
4. Você tem conhecimento de pessoas que ascenderam socialmente a partir da escolarização?